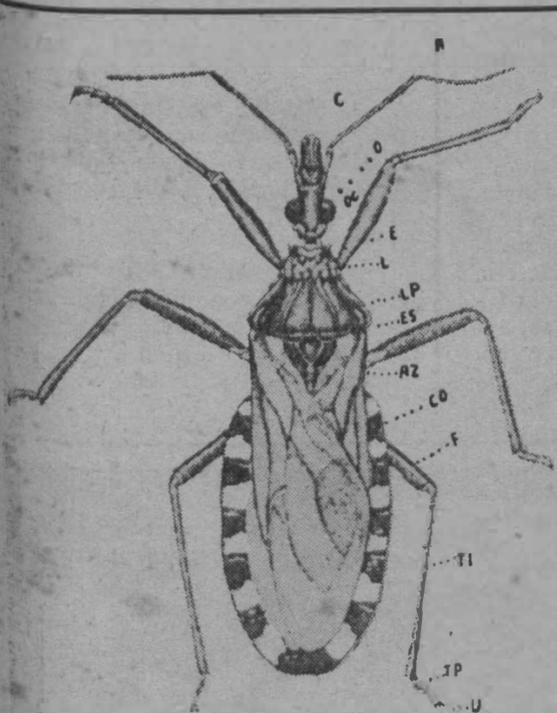




“CAPITÃO” OCULTA DOR E ALEGRIA NA MANOBRA DO BOI MISTERIOSO



DOENÇA DE CHAGAS ATINGE DEZ MIL

O número de vítimas da doença de Chagas vem aumentando no Brasil — revela o Professor Asthianax, da Faculdade de Medicina da UFPE, com profundas repercussões no âmbito da Saúde Pública, afetando inclusive a economia do País. (pág. 7)

As aventuras e confissões do “capitão” Antonio Pereira da Silva, com 88 anos, 65 dos quais dedicados às manobras do Boi Misterioso da Mustardinha. (pág. 5)

Preço
Cr\$ 2,00

Música, um exercício terapêutico

Veja na página 8, o que a Professora Ilma Lira diz sobre Musicoterapia, especialização científica, cujas práticas e investigações têm evidenciado como a música ajuda a estabelecer ou restabelecer as relações interpessoais.



Ação Comunitária, impulso ao ensino

Começa a nascer em Pernambuco nova concepção de Universidade: estudantes e professores deixam salas de aula e vão ao encontro da comunidade, de acordo com as diretrizes do Programa Universitário de Ação Comunitária, deflagrado pela UFPE. Vasco da Gama — um dos morros mais problemáticos da Capital pernambucana, com cerca de 45 mil habitantes — foi o local escolhido para o início do Programa, que se propõe a atingir a área do Grande Recife. (pág. 12)

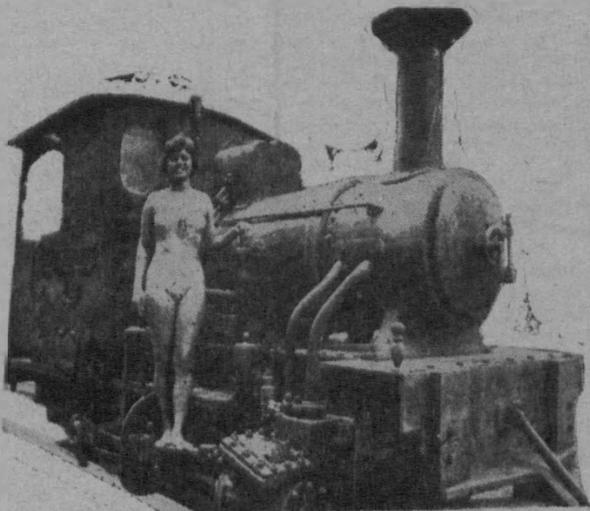


Democracia, manto do nosso século

(Pág. 3)

Brasileiro anda pouco pelo trilho

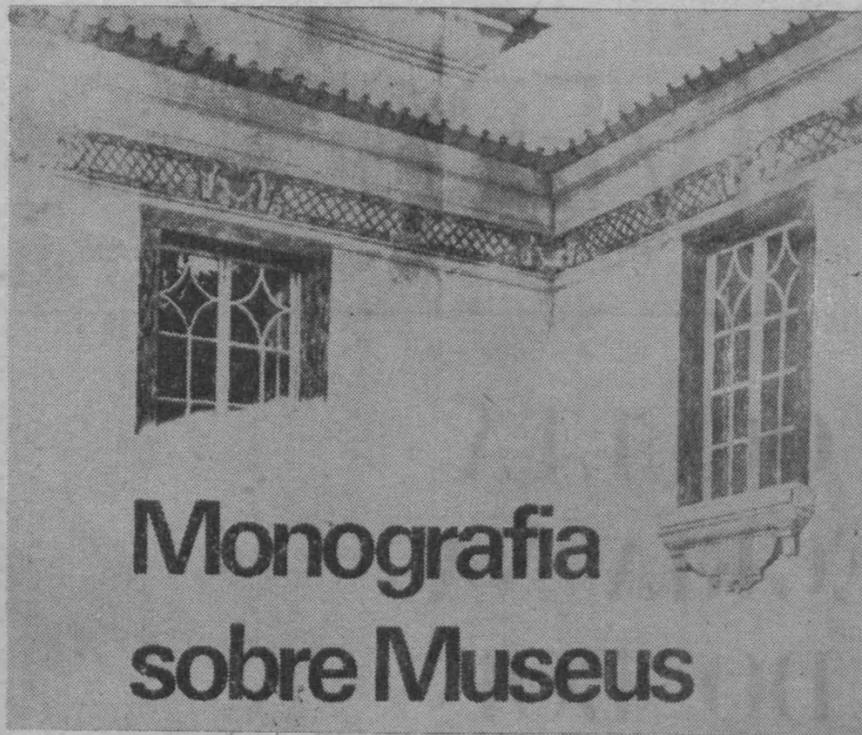
Eccôia de Engenharia estuda motor a álcool etílico, como contribuição universitária à substituição dos derivados do petróleo. O transporte ferroviário, amplamente incrementado nos países desenvolvidos, é também outra opção para os brasileiros. (pag. 4)



A fim de chamar a atenção para o valor dos Museus, o acervo histórico que eles contêm, a Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social — MUDES — e o Departamento de Assuntos Culturais (DAC) do MEC lançam um Concurso de Monografias Sobre Museus, destinado a universitários, com prazo de entrega até o dia 30 de maio do corrente ano.

Os melhores trabalhos serão premiados: 1.º prêmio no valor de Cr\$ 25.000,00; 2.º — Cr\$ 15.000,00 e o 3.º prêmio — 10.000,00.

O Regulamento determina que poderão participar quaisquer estudantes universitários domiciliados ou residentes no território nacional. Deverão desenvolver redação, em gênero de monografia, sobre o tema MUSEU. Entende-se aqui o tema em sua forma mais abrangente podendo ser o Museu como: elemento de preservação da História, ou sua atuação junto à comunidade; ou o histórico dos museus brasileiros; ou o acervo dos museus e/ou de um museu; ou o Museu como forma de divulgação cultural; ou a História do Museu no Brasil ou potencial educativo do Museu ou — Tem o Museu lugar no mundo atual? ou tipos de Museus, ou o Museu e a Educação; ou como imagina o Museu da Cultura Brasileira; ou o que você pensa sobre um Museu Universitário; o Museu e o Jovem; ou qual é a Comunicação do Museu para o Universitário ou o Museu e a população rural ou o Museu e as Atividades de Participação com a Comunidade; ou Comunicação e Museu/Escola; ou o papel do Museu como guardião



de sua identidade Cultural. Será considerado todo o trabalho que aborde o tema em qualquer um dos seus múltiplos aspectos.

Os trabalhos serão redigidos em português e deverão limitar-se ao máximo de 30 laudas de papel tamanho ofício datilografado de um só lado em espaço 2 e ao mínimo de 10 laudas, devendo ser apresentados em 3 vias, podendo os concorrentes inscrever um ou mais trabalhos de sua autoria.

Os prêmios serão concedidos por autor e não por trabalho, de

forma que o mesmo autor não poderá receber mais que um prêmio.

A autoria das obras somente será identificada após o resultado do Concurso.

Nos trabalhos apresentados os autores deverão usar pseudônimo. Em envelope separado e lacrado, que deverá ir dentro da sobrecarta maior, datilografar nome completo, pseudônimo usado, endereço, curso, séries, período e nome da escola e ou Faculdade que cursa, endereço da mesma, número da carteira de identidade, número do

CPF (do candidato ou da pessoa de quem for dependente).

Os trabalhos deverão ser entregues na sede da Fundação MUDES, rua México 119 — 12.º andar, Rio de Janeiro, ou pelo correio registrada, em envelope fechado endereçado ao CONCURSO DE MONOGRAFIA e, mencionado, no próprio envelope o título da obra e o pseudônimo.

Os trabalhos serão recebidos até dia 30 de maio de 1977, data em que encerra o prazo das inscrições dos interessados. A entrega do trabalho equivale à inscrição no Concurso que, por sua vez, importa na concordância e aceitação de todas as cláusulas e condições do presente Regulamento.

A Comissão Julgadora decidirá pela maioria de votos em decisões irreversíveis. O resultado será divulgado até o máximo de 90 dias após o encerramento das inscrições.

Serão premiados pelo MUDES os três primeiros trabalhos, da seguinte maneira: 1.º prêmio, Cr\$ 25.000,00; 2.º prêmio Cr\$ 15.000,00 e 3.º prêmio Cr\$ 10.000,00.

O MUDES e o DAC darão ampla divulgação do resultado do Concurso, informando também o local e a data em que os prêmios serão pagos.

Ficará automaticamente desclassificado o candidato que antes do resultado do Concurso divulgar o trabalho com o qual estiver concorrendo.

Classe política indiferente ao empobrecimento do Nordeste, sequer, grita contra a transferência de capitais da Região para o Centro-Sul. É problema secular.

Em palestra que proferiu recentemente em Fortaleza, a convite da Federação das Associações do Comércio, Indústria e Agropecuária do Ceará, o Professor Sebastião Barreto Campello fez uma análise do esvaziamento econômico do Nordeste, enfatizando suas causas: "A fragilidade econômica da Região decorre das transferências feitas, por mais de um século, de capitais do Nordeste para o Centro-Sul, sem que a nossa classe política, sequer tomasse consciência dela".

Chamou a atenção para o fato de que, na atualidade, ainda persistem as seguintes sangrias da nossa economia, a do Nordeste: a alíquota interestadual do ICM que este ano estará transferindo mais de três bilhões de cruzeiros do Nordeste para o Centro-Sul; o comércio triangular que nos obriga a vender a nossa produção a preços competitivos e a adquirir as nossas necessidades a preços alfandegariamente protegidos e que nos custará, este ano, mais de oito bilhões de cruzeiros: poderíamos, por exemplo, comprar um Galaxie por 3,5 mil dólares, mas somos obrigados a pagar 12 mil dólares; o sistema bancário cujo controle é, na sua quase totalidade, situado no Centro-Sul e que aplica as disponibilidades em favor dos interesses daquela região".

EXODO RURAL

Depois de lembrar aspectos geofísicos e climáticos, fazendo paralelo com outras regiões, o Professor Sebastião Barreto Campello disse que a estrutura social do Nordeste tem, também, sua parcela de culpa no êxodo rural (um dos fragelos da Região), pois, predominando o latifúndio, onde se pratica a pecuária, e permitindo os proprietários que os trabalhadores rurais plantem cereais e outras lavouras de curto ciclo, para deixar a rama para alimentar o seu gado, os rurícolas não se sentem estimulados, por não serem proprietários, a utilizar técnicas de defesa do solo e de reservação hídrica, as quais exigem muito dispêndio de mão-de-obra. Deste modo, trabalhando praticamente três a quatro meses por ano, sem qualquer outra opção de trabalho, basta uma estiagem de alguns meses para deixá-los totalmente desamparados.

Sugeriu para o Nordeste, quando se reportou ao aspecto climático e a um curso que fez sobre técnicas agrícolas, com ênfase à irrigação, no "Salt River Project", no Arizona, a seguinte opção: No Arizona e em New México, partindo do princípio de que a irrigação é uma técnica cara, os fazendeiros americanos pas-

saram a adotar, mais extensamente, as técnicas de lavoura seca (Dry Farm), técnicas essas já aplicadas na Austrália.

Essa técnica consiste em reter no solo a umidade proveniente da precipitação pluviométrica. Para isso, utilizam várias técnicas simples, como cavar sucos no solo, segundo curvas de níveis, para que as águas infiltrem-se por eles; plantar árvores que criem barreiras contra a ação do vento, etc. O Cientista Guimarães Duque estudou e adaptou ao Nordeste estas técnicas, preconizando uma cobertura vegetal aérea com algaroba e plantas xerófilas frutíferas e, no solo, gramíneas e palmeas para a pecuária, no que ele chamou de cultura de dois andares. O Infaol utilizou os estudos de Guimarães Duque com surpreendentes resultados.

Admite o Professor Sebastião Barreto Campello, que a irrigação poderá ser uma solução, para as regiões secas, em determinadas condições favoráveis, de topografia e de reservação hídrica. Aceita esta premissa, o Nordeste deveria receber um tratamento prioritário da União, neste campo, pois aqui estão as maiores áreas semi-áridas do País, com uma concentração demográfica apreciável. Entretanto, tal não se vem dando, em virtude da fragilidade da nossa reivindicação política, conforme podemos constatar pelos seguintes exemplos: atualmente, 65% da área irrigada do Brasil encontram-se no Rio Grande do Sul.

Até na previsão climatológica, que deveria ser maior no Nordeste, verifica-se o contrário, conforme pode-se observar pelo número de estações meteorológicas em funcionamento no País (ANEXO II). Em Minas Gerais constatamos a existência de 42 estações, em São Paulo 39 e no Rio Grande do Sul 25, enquanto que no Ceará estão instaladas 12, no Rio Grande do Norte 6, em Pernambuco 11 e em Alagoas 2.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, que todos associam ao Nordeste, entre 1971 e 1974 perfurou em Minas 384 poços tubulares (ANEXO III), enquanto que no Rio Grande do Norte perfurou 111, na Paraíba 211 e, em Pernambuco 96. O único Estado do Nordeste cujas perfurações foram maiores do que em Minas, foi o Ceará. Ressalte-se que a média da precipitação pluviométrica em Minas é de 1.300mm/ano.

A Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco — CODEVASF —, cuja imagem está ligada, também, ao Nordeste, deverá irrigar em Minas Gerais,



até 1979, mais de 346.000 Ha., (ANEXO IV), enquanto que em Pernambuco só se irrigarão 48.133 Ha., 9.000 Ha. em Alagoas e Sergipe e 136.000 Ha. na Bahia, ou seja, só em Minas irrigará quase duas vezes o total do resto do Nordeste.

No momento o Departamento Nacional de Obras e Saneamento está implantando o projeto CAMAQUÁ, no Rio Grande do Sul, que irrigará 96.834 Hectares de terra, tornando-se este projeto, juntamente com o Jaíba (MG) e o Paracatu (MG), nos três maiores projetos de irrigação do País e, sintomaticamente, todos três estão situados fora do Nordeste.

Conclusão

Temos apontado várias causas responsáveis pela nossa pobreza, muitas delas que demonstram um tratamento discriminatório e injusto da União em relação ao Nordeste. Entretanto, não se deve concluir que a culpa cabe ao Centro Sul, que vem procurando nos esmagar. Na realidade os culpados somos nós, que não temos sabido defender os nossos direitos. A nossa representação política, com honrosas exceções, oriunda do meio rural, com vinculações feudais, reagindo sempre a qualquer alteração do "statu quo", tem, devido ao seu despreparo, permitido todas essas medidas injustas contra a Região. Em lugar da preocupação pelos graves problemas do Nordeste, a descapitalização provocada pelo confisco cambial, não foi sequer percebida pelos nossos representantes — canaliza as suas energias para as questões municipais, tais como, a nomeação da professora, a designação do Delegado de Polícia, ou a transferência do Juiz de Direito.

Há necessidade de mudanças urgentes e, na sociedade moderna, as lideranças estratégicas-intelectuais, técnicas, jornalistas, federações patronais, sindicatos, etc., têm tido maior força reivindicatória do que a representação política. Precisamos mobilizá-las, dar consciência do tratamento injusto e dos nossos problemas e lutar para resolvê-los. Espero que uma reunião como esta, seja o início de uma luta neste sentido.

Reitor	Paulo Frederico do Rego Maciel
Vice-Reitor	Geraldo Lafayette Bezerra
Pró-Reitor Comunitário	Sebastião Barreto Campello
Pró-Reitor Acadêmico	Theophilo Bened cto de Vasconcelos
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação	Ruy João Marques
Pró-Reitor de Planejamento	Leonides Alves da Silva Filho
Pró-Reitor de Apoio Administrativo	Rubens de Souza
Chefe de Gabinete	Eduardo Cabral de Melo
Relações Públicas	Miguel Otávio de Melo Filho
Diretor do DEC	Marcus Accioly
Redator-chefe	Manoel Neto Teixeira
Redatores	Raimundo Carrero
.....	Ángelo Monteiro
.....	Jose Carlos Targino
.....	Angela Delouche
Diagramador	Josias Florencio da Silva
Revisores	Paulo Neves e Moacyr Dantas
Repórter-Fotográfico	Mauricio Coutinho

Edição mensal pelo Departamento de Extensão Cultural (órgão da Pró-Reitoria Comunitária) e impresso nas oficinas gráficas da Editora Universitária. Livros, revistas, cartas e colaboração em geral devem ser enviados para a redação, que funciona no 2.º andar do Edifício da Reitoria, Cidade Universitária — Recife — Pernambuco.

Magistério e Aposentadoria

PALHARES MOREIRA REIS

O instituto da aposentadoria é uma das maiores conquistas sociais, em relação ao serviço e ao servidor público. A sua concessão permite, ao mesmo tempo, substituir velhos e incapazes por novos e mais aptos, proporcionando-se aos já ineficientes meios de uma subsistência adequada, até o fim de seus dias. Com a aposentadoria realiza-se um princípio de justiça, não abandonando aquele que, durante muito tempo, deu o melhor de seus esforços em favor da instituição.

Os incapacitados, seja por doença, seja por velhice, deverão ser afastados do serviço, dentro dos padrões legais atinentes à espécie. A Constituição Federal, texto de 1969, estabelece três tipos de aposentadoria, no seu art. 101, a saber: a) a compulsória, aos 70 anos de idade; b) a por invalidez, quando incapacitado para o serviço; c) a facultativa, quando o funcionário se afasta voluntariamente do serviço, ao contar 35 anos de atividade, se for homem, ou 30, se for mulher.

A regra constitucional tem caráter geral, e comporta apenas a exceção relacionada com o ex-combatente da II Guerra Mundial, que pode se aposentar com 25 anos de efetivo exercício, se tiver participado de operações bélicas naquele evento, conforme a legislação especial. Todavia, o art. 103 da Constituição prevê a possibilidade de futuras exceções à regra, quanto à natureza e ao tempo de serviço, para a concessão de aposentadoria. Estas exceções deverão ser fixadas em Lei Complementar à Constituição, de iniciativa exclusiva do Presidente da República.

A legislação do magistério superior, no que concerne a aposentadoria, segue a regra geral da pertinente aos funcionários públicos. O art. 53 da lei n.º 4.881-A, de 1965, regula o procedimento de concessão, que é completado pelo disposto no art. 9.º da lei n.º 6.182, de 1974, além de outros diplomas, especialmente no que concerne ao problema da contagem do tempo de serviço.

A primeira questão a se considerar, no tocante à aposentadoria, é a relacionada com o implemento de idade. Ao atingir 70 anos de idade, o funcionário é aposentado, na forma constitucional.

A aposentadoria compulsória deriva de presunção absoluta de incapacidade, conforme se lê na Formulação n.º 78 do DASP. Com efeito, esta formulação situa o problema em termos do que dispõe o Decreto Lei n.º 200, de 1967, quanto em seu art. 112 determina que "o funcionário que houver atingido a idade máxima (setenta anos) prevista para a aposentadoria compulsória, não poderá exercer cargo em comissão ou função gratificada nos quadros dos Ministérios, do DASP e das autarquias".

No parecer dado ao proc. n.º 655/70, o dr. Clencio Duarte, da Consultoria Jurídica do DASP, analisando a indagação de poder continuar no exercício do cargo de Diretor de uma unidade universitária, um professor já atingido pela compulsória, esclarece bem a questão, ao dizer:

"É certo que a incapacidade presumida nem sempre é real, havendo infindável número de exemplos extraordinários de acuidade intelectual de varões ilustres na idade prolecta, de que nos dá conta a história do Brasil e universal. Mas está o intérprete diante de uma presunção legal absoluta, que não cede a prova em contrário, não lhe sendo lícito, pois, negar-lhe eficácia. Ainda que a realidade objetiva se contraponha de modo evidente a essa presunção, há impossibilidade, ex-vi-legis, de considerar-se o fato, alcançando-se tal presunção à categoria de verdade jurídica irretorquível".

Com a aposentadoria compulsória, dá-se vacância no cargo ocupado pelo funcionário atingido pela determinação constitucional. A consequência imediata é o afastamento do servidor do exercício de tais funções, o que se dá na data mesma do aniversário, e independentemente do ato de aposentadoria. Este é de caráter exclusivamente declaratório.

Indagou-se se a vaga deve ser considerada existente somente após a publicação do decreto de aposentadoria, para efeito de novo provimento. A resposta é pela negativa, pois enquanto na aposentadoria facultativa ou por invalidez, o ato formal é constitutivo de direito, na compulsoriedade, a publicação apenas torna divulgado um ato declaratório de uma situação. A vaga deve ser considerada aberta a partir do dia imediato ao em que completou o funcionário 70 anos de idade, quanto então, se terá afastado do exercício do cargo. Daí começam os prazos para se processar o novo provimento (edital de concurso, etc.).

Questão de relevância é saber se ainda perdura vigente o item I do art. 53 da lei n.º 4.881-A, de 6.12.65, que fixou o limite de 65 anos para a aposentadoria compulsória, embora haja permitido que, através de pronunciamento expresso de 2/3 dos membros da Congregação, o professor pudesse continuar no exercício do cargo até completar os 70 anos de idade.

Esta regra legal, que teve sua vigência em 10.12.65, estava em plena consonância com o permissivo do § 4.º do art. 191 da Constituição de 1946. Igualmente não destoava da regra constitucional de 1967, contida no § 2.º do art. 100 do Diploma Maior. Todavia, com o advento da Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, estas situações peculiares só poderão ser determinadas em Lei complementar à Constituição, como já se disse. E o Estatuto do Magistério Superior é lei ordinária e não complementar à Constituição. Assim, aquele dispositivo que permitia a aposentadoria aos 65 anos de idade foi derogado, e o princípio só poderá ser revigorado se for incluído em Lei Complementar e por proposta presidencial. Até lá aplica-se exclusivamente a regra geral, da compulsória aos 70 anos de idade, também para os cargos de magistério superior.

O cálculo de proventos do docente aposentado compulsoriamente é feito em razão de seu tempo de serviço, levando-se ainda em conta o disposto na lei n.º 5.539, de 1968 e da lei n.º 6.182, de 1974, incluindo-se então os incentivos funcionais.

EXERCÍCIO DE DEMOCRACIA

PERSPECTIVA

ROBERTO AGUIAR

É difícil se encontrar uma palavra tão invocada e tão evocada. Nem a Cabala conhece um verbo tão poderoso. Democracia. Eis o manto do Século XX. Da extrema esquerda à extrema direita, todo mundo é democrata. Torturas, perseguições, idolatrias e massificações são, todas, aquecidas pelo manto democrático. Nos quatro Pontos Cardeais, todos são democratas. Apenas, alguns radicais franquistas é que acharam ser a democracia inimiga de Deus e da Espanha. O resto é democrata. Com rei ou sem rei, com caudilho ou sem caudilho, com planejamento ou sem planejamento, com perseguição ou sem perseguição, com um Partido ou com muitos Partidos, todo mundo é democrata. É o governo da maioria.

Eduardo não é o único caso. A criança de Belo-Horizonte que, com muletas, desafia o futuro, afirmando algo mais que a sua condição física, não é a única pessoa a sofrer discriminação. Muitos, todos os dias, neste adorável país do Carnaval, por defeito físico, origem social, cor de pele, crença política ou religiosa são perseguidos. Perseguição às vezes clara, às vezes surda. Mas, sempre aviltante. Tudo em nome da Liberdade, da Perfeição e da Integridade física e moral dos cidadãos. Não importa que seja ilegal. Proibida. Não importa que venha com um simples virar de rosto. Pode vir até com pomposos discursos. O preconceito tem muitas formas de se preservar...

A democracia é o governo da maioria. Mas, a maioria faleceu. É hoje mais que um fantasma. Um preconceito. Hoje, ela é massa. Os cordeiros que aplaudem. Não que ontem deixassem de ser massa. Mas, num passado não muito longe, a maioria tinha opinião. Partido. Existia a opinião pública com força política. Entretanto, o crescimento populacional e a burocratização e centralização do Poder encarregaram de diluir, mais que nunca, a maioria. As minorias do Poder concentram milhões e milhões de vidas em torno de seus sorrisos e de suas lágrimas. Um sobre quatro bilhões, eis a equação da insignificância humana. A maioria é massa. Bolo. Vem de bolo. Vive de bolo. Sofre de bolo e morre de bolo. É massa. Comunistas e fascistas agem assim: racionalizam — e a expressão fica melhor com o sentido matemático — o homem e suas potencialidades em função de uma fantasia. De uma abstração. As suas abstrações. As minorias, que não são massa nem estão no poder, as que são a marca das diferenças reinantes na Natureza, são expurgadas dos direitos reservados à mítica maioria. Ou, então, têm de dizer amém aos dominantes que são mais do que massa: donos da massa.

A forma democrática de governar só é real, em um povo, quando se constitui numa prática cotidiana. Prática que não seja unicamente política, apesar de ser predominantemente política. Ou seja, a forma política de democracia é o resultado da vida democrática de um povo. Isto é, num mundo em que o rotineiro é a dominação de razões técnicas e burocráticas, de eficiência e estatísticas, dificilmente se poderá viver, rotineiramente, de forma democrática.

Defender minorias, não é, necessariamente, defender privilégios. Nem relativismos. Nem, tampouco, concordar com Pareto. Todos exigem uma série de condições físicas e espirituais para existir. E isto, quem de bom senso for, não contestará. Não contestará, também, que tais condições são melhor alcançadas e fruídas quanto a maioria opina, nela residindo, de fato, a força política dominante. Tais coisas ficam especialmente claras para quem considere as exigências da maioria como algo independente das exigências individuais. São condições necessárias à sobrevivência de uma pluralidade de seres humanos, tomados no coletivo. A divergência surgirá, no espírito de quem acredita nestas coisas, quando a maioria começa a ser vestida de fantasma e desponta como uma massa informe. Um preconceito. Uma desculpa. E, por aí, vem o resto: burocratização, tecnicismo, centralização. Numa palavra: sagração de uma diminuta minoria no poder. Dominação pela técnica e pela razão.

Assim, qualquer atitude que no meio destas democracias fantásticas, se oriente para um comportamento realmente democrático, é digna de louvor. No âmbito mais limitado, qualquer decisão que, respeitando a igualdade não esquece as diferenças, integra e promove a pessoa humana, pondo qualidade acima de quantidade, merece apoio como atitude democrática que é. É um exercício de democracia. Foi isto que fez, por exemplo a escola de Belo Horizonte ao dar uma Bolsa de Estudos ao garoto Eduardo. Escola particular, frise-se. Pois é, uma escola particular respeitou mais a igualdade de todos à educação, que uma escola pública. Desarmou-se de preconceitos e respeitou uma minoria com o mesmo respeito dedicado à maioria.

Igual atitude democrática teve a CHESF. Empresa para-estatal, mas empresa. Isto é, preocupada com a eficiência técnica e com a produtividade, como toda boa companhia. Pois, a CHESF, sem perder de vista seus objetivos comerciais, respeitou mais a igualdade de todos ao trabalho que uma autarquia e outra empresa para-estatal pernambucanas. A questão era a mesma: uma pessoa com limite físico pretendia trabalhar. Os dois órgãos pernambucanos "cozinham", vestiram-se de preconceitos, e depois "chutaram". Pelo contrário, a CHESF submeteu o candidato a uma entrevista, testou-o, fez um contrato experimental. Ao cabo deste, foi feita uma avaliação de desempenho. Todos foram ouvidos. Os colegas de sala. Os chefes, mediatos e imediatos. A produtividade foi medida. Comparada. Os prós e contras foram analisados e pesados. Como resultado, não se viu qualquer diretor fazendo pronunciamento público a favor ou contra o candidato. Alegando risco de vida, por exemplo, como fez a diretora da escola pública de Belo-Horizonte que se recusou a ter Eduardo como aluno. Num exercício democrático de poder a CHESF, sem fazer alarde, tornou-se pioneira no Nordeste como empregadora de uma pessoa cega, em seus computadores. Neste tempo de democratização, qualquer atitude que signifique abertura e compreensão de valores superiores é, realmente, de grande relevância. É um exercício de democracia.

Professor

Kaufmann

faz curso

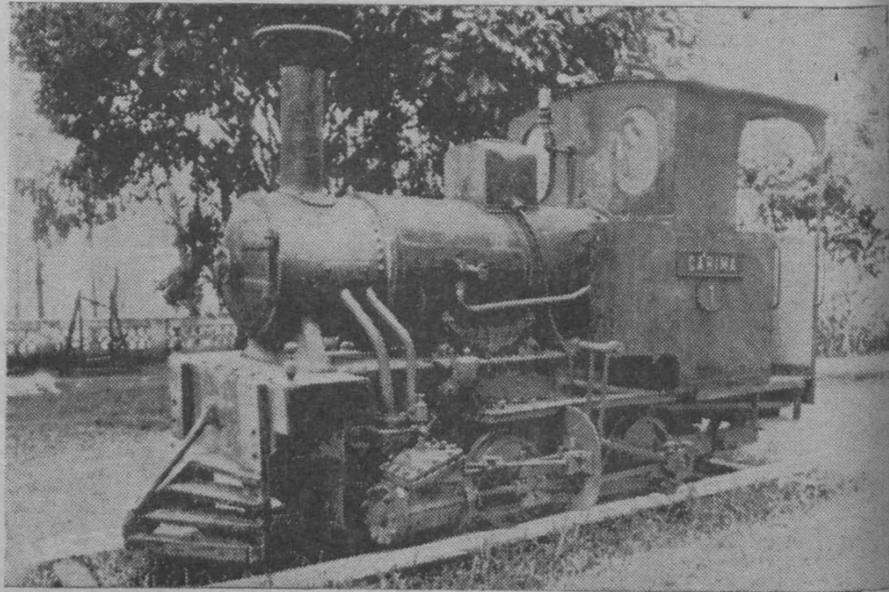
O pesquisador Klaus Konrad Kaufmann, do Instituto Max Planck, em Gottingen, um dos maiores centros de pesquisas sobre Biofísica da República Federal da Alemanha, ministrou curso sobre Neurobiofísica no Departamento de Biofísica e Radiobiologia da Universidade Federal de Pernambuco, durante março e abril deste ano.

A atual linha de pesquisa do Professor Kaufmann desenvolve-se sobre as reações intermoleculares ligadas à atividade do sistema nervoso. Ele esteve no Brasil em duas oportunidades — 1968 e 1973 —, tendo se interessado particularmente por Pernambuco, motivo por que estabeleceu permanente correspondência através do Instituto Max Planck e a Universidade Federal de Pernambuco (Deptº de Biofísica e Radiobiologia).

O curso ministrado pelo Professor Kaufmann, na UFPE, destinou-se aos estudantes de Pós-Graduação das áreas de Biologia (compreendendo Biofísica, Bioquímica, Fisiologia e Psicologia) e Física. Entre outros aspectos discorreu sobre ressonância magnética nuclear, assunto que vem sendo pesquisado no Departamento de Física da UFPE.

A vinda do pesquisador germânico ao Recife contou com a colaboração da Fundação Alexandre Humboldt, representada por material experimental e vários livros, a qual vem dando ênfase ao programa de bolsas a estudantes brasileiros em Institutos alemães. A Universidade Federal de Pernambuco também contribuiu, material e financeiramente, para a sua vinda à Capital pernambucana.

Ferrovias: opção para economizar gasolina e ligar os principais pontos do território



Quais os problemas mais sérios das ferrovias brasileiras? Como solucioná-los? Para um leigo no assunto, principalmente aquele que não costuma recorrer aos trens como meio de transporte, é muito difícil responder a semelhantes perguntas, mas o engenheiro Edward John Gepp, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Engenharia Ferroviária, uma voz capaz de dirimir tais dúvidas, tem muita coisa a dizer sobre o assunto.

Que há problemas graves no sistema ferroviário brasileiro, não existe a menor dúvida. Há pouco tempo, numa tentativa de enfrentar adequadamente a crise ferroviária, o Governo tornou obrigatória, por parte de todos os órgãos de serviço público, a utilização de nossas ferrovias, especialmente para o transporte de cargas tipicamente ferroviárias, ao mesmo tempo em que estabelecia níveis tarifários compatíveis com os custos atuais do sistema, desejando, contudo, que isso não resultasse em sacrifícios dramáticos para as empresas.

Gepp acredita, porém, que essas medidas não são suficientes. E, tomando como base a situação financeira da Rede Ferroviária Federal, aprofunda a questão. Antes de discorrer sobre o tema, ele acrescenta que a sua opinião não é infalível. É, contudo, digna de crédito. Senão vejamos.

Desenvolvimento com ferrovias

O orçamento total da Rede, para o ano de 1977, foi estipulado em Cr\$ 21 bilhões, 600 milhões. Esse total seria agravado com uma parcela resultante da sua receita operacional, equivalente a Cr\$ 5 bilhões e 500 milhões, o que obrigará o Governo a suprir a Rede com um montante de verbas no valor aproximado de Cr\$ 16 bilhões. Dessa parcela, porém, será tirado o necessário para cobrir o déficit operacional do exercício, o pagamento de encargos de financiamentos contratados em anos anteriores, a dívida remanescente de compromissos assumidos e não quitados do exercício de 1976, e verbas ainda por definir, sobrando um saldo real de Cr\$ 5 a 6 bilhões. É o suficiente? Para Edward John Gepp, não. Ele alega que tais recursos permitiriam apenas a continuação, em ritmo lento, de algumas das obras mais importantes do Plano de Desenvolvimento de Ferrovias. Outras, não menos importantes, ficariam paralisadas.

Mas Gepp chama a atenção para o fato de que a racionalização

do consumo de combustível, em que o Governo vem se empenhando fervorosamente, poderá receber uma substancial contribuição através do aprimoramento do desempenho das nossas ferrovias. "Isso poderá ser obtido absorvendo cargas tipicamente ferroviárias, hoje transportadas por rodovias — que consomem de cinco a 10 vezes mais combustível — e reduzindo o consumo nas próprias ferrovias, pela sua maior utilização", confessa ele.

Na realidade, o desenvolvimento do país depende em grande parte do aprimoramento técnico e econômico de nossas ferrovias, ou seja, de sua maior produtividade, diminuindo custos de transportes, e da redução de seus déficits, proporcionando menos despesas ao Tesouro Nacional.

Em benefícios da Rede

Tais objetivos jamais serão alcançados sem que a Rede receba significativas e regulares parcelas de investimento. Gepp insiste: "É indispensável proporcionar recursos para os investimentos destinados a aparelhar a Rede para a execução dos transportes que são tipicamente seus, ou seja, grandes volumes a distâncias definidas. Tais investimentos, é lógico, incluem a modernização de trechos atuais e a extensão das linhas férreas a novas zonas de produção ainda na dependência exclusiva das rodovias".

Mesmo que tais investimentos não possam ser liberados em grandes proporções, que o sejam através de parcelas anuais mais modestas. "É importante, porém, que os programas e seus cronogramas, elaborados em função dos recursos disponíveis, não sofram alterações ou incertezas em seus ritmos de execução, em decorrência de problemas financeiros do sistema financeiro gerados por suas insuficiências de custeio", afirma o engenheiro Gepp.

Ele acha que algumas medidas mais razoáveis deveriam ser tomadas, ainda este ano, em benefício da Rede Ferroviária Federal. Uma delas seria de modo a permitir à Rede uma revisão imediata de seu orçamento de custeio, elaborado em bases mais realistas e ajustado às influências das últimas resoluções tomadas pelo Governo no campo econômico.

A fim de vencer suas enormes dimensões continentais, o Brasil deve contar com uma rede de transportes diversificada, que seja capaz de conduzir a sua produção agrícola, mi-

neral e industrial, até aos seus pulmões geográficos: de um lado, vasta costa banhada pelo oceano, com os portos e os corredores de exportação, e de outro, a costa do verde, nas fronteiras cujo terreno só agora começa a ser desbravado.

Naturalmente, o desafio não é nada fácil. A introdução do Programa de Desenvolvimento Ferroviário, dentro do II PND, dá a medida disso, visando a situar a ferrovia, no quinquênio 1975/80, no seu papel de transportadora ideal de grandes massas a grandes distâncias.

O Plano de Desenvolvimento Ferroviário contará com o apoio decisivo do Banco Mundial — que cooperará em torno de 10% do Programa, em duas etapas. Na primeira etapa, o Banco Mundial concedeu empréstimo avaliado em US\$ 175 milhões para projetos executados no período 1975/76, incluindo a melhoria dos subsistemas de subúrbio do Rio e São Paulo. Na segunda, possivelmente, seria concedido novo empréstimo, este de US\$ 200 milhões, para projetos a serem executados entre 1977/78.

Visionários

Sabe-se que o Brasil é um dos quatro ou cinco países do mundo que dispõem de espaço para expandir a fronteira econômica, com alta significação mundial. Procedendo como visionários, o Visconde de Mauá e Teófilo Otoni, num passado já um pouco remoto, também acreditavam na mesma coisa, ao propugnarem um sistema de "transporte a vapor" condizente com o crescimento do país.

Ao pensar em colocar o sistema ferroviário brasileiro em condições de responder satisfatoriamente à estratégia de desenvolvimento do Brasil, o Governo não busca tão somente resolver as dificuldades originárias da escassez de petróleo e o impacto que ela provoca na já tão sacrificada balança comercial. A idéia é responder com firmeza à crescente demanda de transporte ferroviário, adequando e racionalizando a oferta.

Pois, no Brasil, o sistema ferroviário não vem acompanhando o processo de expansão, demográfica e desenvolvimento econômico. Desde o dia 30 de abril de 1854, quando o Visconde de Mauá inaugura a primeira linha férrea brasileira, com festas presididas por Pedro II e toda a sua corte, o sistema ferroviário nacional tem deparado com ingentes problemas. Tudo indica que as novas medidas governamentais acabarão por solucionar tais problemas.

Motor a álcool etílico, um estudo em tela

A crise do petróleo em todo o mundo gerou graves problemas econômicos, com maior repercussão nos países pobres, mas apresentou, ao mesmo tempo, um aspecto altamente positivo: o de exercitar a capacidade criadora de setores científicos. No Brasil, por exemplo, apesar da emperrada burocracia e dos curtos recursos, em universidades ou em academias livres, cientistas decidiram sentar na mesa para encostar fórmulas capazes de "drrotar" aquela que servira de impulso para o trabalho: a gasolina.

A pesquisa de motores a álcool etílico, do Departamento de Engenharia Mecânica, da Universidade Federal de Pernambuco, é um exemplo disso. Aliás, o próprio departamento revela que "há muito tempo tem se interessado no estudo dos motores a explosão". Uma experiência — Na verdade, em novembro de 1976, uma comissão de professores da UFPE, ligados ao DEM, teve a primeira experiência: acompanhou os testes realizados em um motor a explosão adaptado para usar como combustível uma mistura de álcool etílico com água.

Não pôde ir muito distante, porém. Chegou à conclusão de que o projeto ainda estava em fase embrionária. Mas ao invés de se sentir desestimulado, o Departamento, através da comissão, decidiu prosseguir nas pesquisas, sobretudo porque os resultados da experiência "se mostravam interessantes".

Em convênio — Essa pesquisa, agora, será desenvolvida em convênio com o Governo do Canadá. Para tanto, o Departamento receberá, a partir do início do ano letivo de 1978, a visita de um pesquisador e de um consultor.

De acordo com os termos do convênio, o Departamento de Engenharia Mecânica será representado pelo seguinte: a) Participação direta, na pesquisa, dos professores Sebastião Barreto Campello, Euler da Silva Maia e Davi Pessoa Ferraz; b) Pagamentos de salários do pessoal docente — pesquisador e parte do pessoal de apoio, estimado em Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros por ano); e c) Utilização das instalações e equipamentos dos laboratórios de Hidráulica, Mecânica Aplicada e Meteorologia, estimados, estes últimos, em Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros).

Com a vinda do pesquisador e do consultor — que permanecerão seis meses em Pernambuco — e com o fornecimento de um torquímetro e de um aparelho para análise dos produtos de combustão, estima-se 60.000 dólares canadenses o total de recursos financeiros necessários para o desenvolvimento da pesquisa.

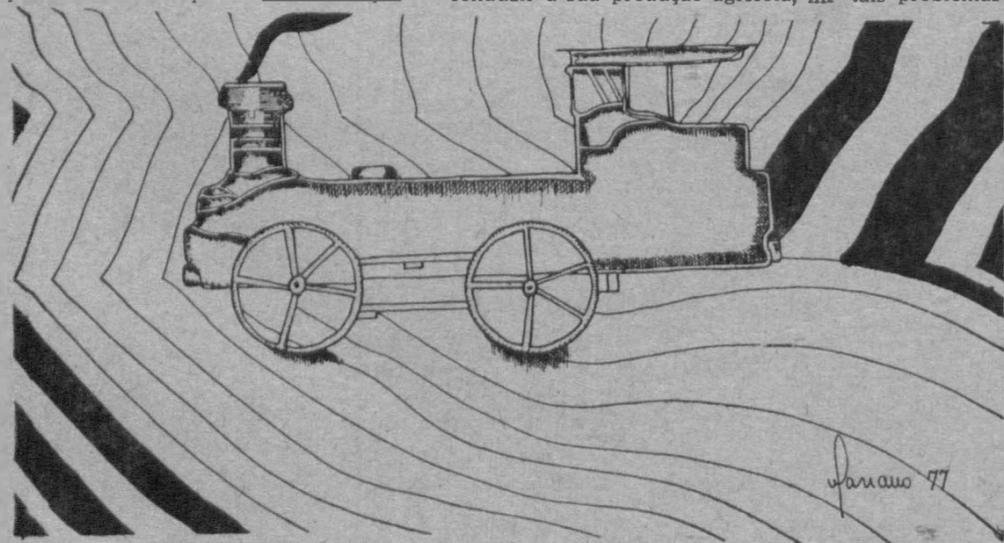
Sunário e material — O atual estágio da pesquisa — que é chamado de sub-projeto — apresenta os seguintes objetivos: a) desenvolvimento de motores a explosão utilizando como combustível o álcool etílico; b) Pesquisa de aditivos para tornar os motores a álcool mais eficientes. (Verificação da influência da água no rendimento térmico desses motores); e c) Pesquisa para melhoramento do rendimento térmico de motores.

O material a ser utilizado: motores a explosão, medidas registradoras da pressão da câmara de explosão, tacógrafo, torquímetro (0 a 20 Kg x m) e um aparelho para análise química de produtos da combustão.

Metas e fases — O desenvolvimento dos trabalhos obedecerá às seguintes fases: a) Testar motores convencionais usando como combustível a gasolina e gasolina com aditivos; b) Testar motores convencionais adaptados para uso do álcool etílico como combustível e c) Alterar progressivamente os valores geométricos dos motores tais como entradas: de ar e de combustível, taxa de compressão, etc.

As metas principais são: a) Tornar eficiente o motor a álcool através do emprego de aditivos, da variação na taxa de combustão e do controle da mistura ar-álcool-água; e b) melhoria do rendimento térmico dos motores.

Plano Geral — O diretor do Departamento de Engenharia Mecânica, professor Abelardo Montenegro, afirmou que já elaborou todo o Plano Geral para as atividades deste ano, que inclui quatro projetos de pesquisas. Todos eles prevêem convênio entre a Universidade Federal de Pernambuco, Conselho Nacional de Pesquisa e Governo do Canadá. Entre eles já está incluída a pesquisa de motores a álcool etílico.



Manobras do Boi, mistério que dá muitas alegrias

Dançar durante toda a noite, regendo os foliões do bumba-meu-boi, e pela manhã, sem descanso, caminhar cerca de 12 quilômetros é, relativamente, uma tarefa fácil para um jovem. Para um alegre ancião de 88 anos de idade, 65 dos quais dedicados às mulheres e ao Boi Misterioso da Mustardinha, com problemas cardíacos, não deixa de ser um sacrifício. No entanto, o capitão Antônio Pereira da Silva considera que todo esse sacrifício é ainda muito menor do que a alegria que sente ao reger as manobras sempre hilariantes do seu Boi.

Amigo de dois grandes escritores pernambucanos Hermilo Borba Filho (já falecido) e Ariano Suassuna, o capitão Pereira sempre foi reconhecido como um autêntico artista popular e o seu Boi Misterioso da Mustardinha tem muita semelhança com os espetáculos da Comédia Dell'arte. Passou muitas dificuldades, misérias e até fome, hoje, porém, reconhecido e consagrado já pode desfrutar de algum conforto pois tem contrato com a Fundação Casa de Cultura, onde se exhibe semanalmente em compromisso com o Balé Armorial e apresentações de sucesso garantido em vários pontos da cidade e do Estado.

No entanto, quando, muitas vezes, termina sua apresentação na Casa de Cultura, comandando o foliões, regendo a brincadeira, o capitão Pereira é obrigado a arrastar com dificuldade os seus 88 anos pelas ruas centrais do Recife até a Mustardinha, cerca de 12 quilômetros, porque não tem mais ônibus.

O COMEÇO — Seria apenas uma exibição de bumba-meu-boi na Rua da Tarracha, em Areias, no longínquo ano de 1912. Ainda garoto, pobre, mas de espírito alegre, Antônio Pereira deslocou-se de sua residência na rua do Catarro, no Lucas do Prado, para assistir à apresentação. Divertiu-se muito. A multiplicidade de cores, a alegria dos integrantes do Boi lhe impressionaram. Garantiu que faria todo o sacrifício para comprar as peças da brincadeira.

Sem recursos financeiros, Pereira tratou logo de marcar uma pessoa a quem pudesse pedir dinheiro emprestado. Inácio de Loyola, um amigo dono de uma venda, ficou "marcado". No entanto, ele precisou de alguns dias para catequisá-lo. Finalmente, depois de muita insistência, o Boi foi



comprado por 45 mil réis ("Não sei nem quantos milhões esse dinheiro seria hoje", diz Pereira).

NASCE A FESTA — Imediatamente, ele tratou de fazer as reformas que considera necessárias, convidou amigos para participar da brincadeira, chamou as amigas, preparou o terreiro e cercou-o com arame. Qualquer pessoa que quisesse assistir ao espetáculo teria que pagar quinhentos réis.

Como dar um nome bonito ao Boi? Essa foi a preocupação seguinte do capitão. Reuniu a diretoria, conversou com amigos, por fim surgiu a opinião do "presidente" Amaro Canela de Aço:

— Ele deve se chamar o Boi Misterioso!

— Misterioso por quê?

A resposta imediata e simples:

— Porque é de pano.

FESTA E SOFRIMENTO — Durante anos a fio, o capitão Pereira teria que enfrentar muito sofrimento na sua vida que aparentemente parecia uma festa. A falta de boa comida, porém, não podia sequer fazer sombra à abundância dos goles de aguardente nos festejos e à presença de grandes

mulheres na sua vida. Embora tivesse apenas 5 filhos, Antônio Pereira da Silva viveu com 14 mulheres. No entanto, de todas as mulheres que teve, a que mais amou chamou-se Nice. Sobre ela, diz:

— Era uma grande mulher. Morena, alta, parecia uma índia. E era tão bonita que morreu cedo.

Aos 51 anos de idade, por motivo de saúde, o capitão Pereira deixou de beber. Para conseguir "levar" a vida, teve que, ao lado dos festejos do bumba-meu-boi, que trabalhar como servente de pedreiro, o que também não lhe rendeu muito.

CARNAVAL — Não tem sido, porém, grande atração do capitão Pereira pelo carnaval. Apesar disso, no entanto, sempre que entra na passarela consegue atrair a admiração dos assistentes e, ainda mais, das comissões julgadoras. Por exemplo, a sua primeira aparição oficial ocorreu em 1937 e ali conseguiu o primeiro lugar. O prêmio, porém, não pareceu lhe atrair muito. Durante 30 anos ficou ausente do carnaval, para retornar com uma nova vitória. Isso aconteceu em 1967.

No entanto, a partir de 1973 até este ano, sempre esteve na passarela. Em todos esses anos, somente perdeu em 1974. Sagrou-se campeão em 1975, 1976 e 1977.

AJUDA E SALÁRIO — O capitão Antônio Pereira da Silva sempre teve um grande amigo: Hermilo Borba Filho. E antes de morrer, Hermilo lutaria muito para chamar a atenção das autoridades no sentido de ser destinada uma ajuda substancial

ao capitão. Conversou com muita gente, e já cansado, Hermilo decidiu escrever um artigo intitulado: "De Chapéu na Mão". O artigo foi publicado no DIÁRIO DE PERNAMBUCO e logo despertou atenção do professor Potiguar Matos, então diretor do Serviço Social Contra o Mocambo.

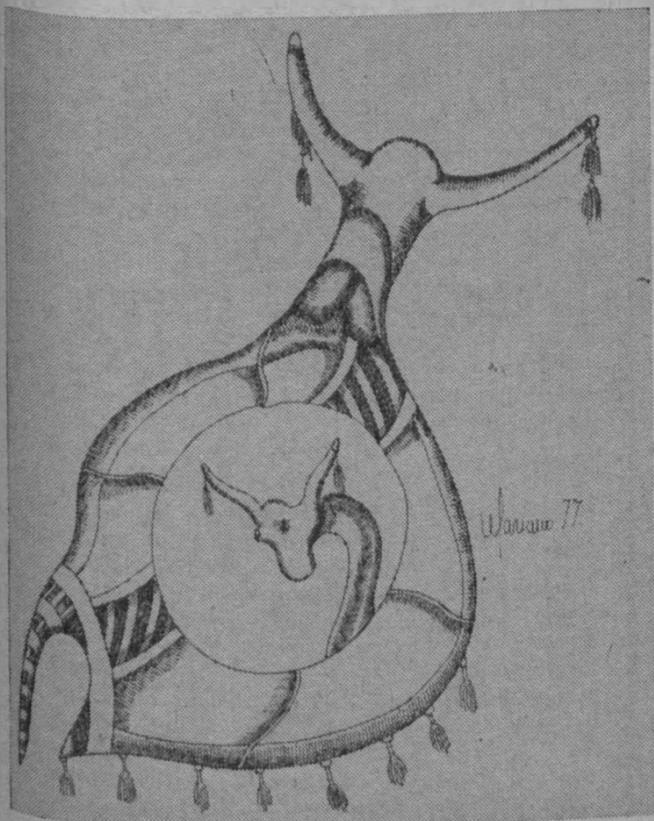
O capitão foi chamado imediatamente à presença do professor Potiguar. A partir de então, passaria a receber o primeiro salário fixo de sua vida: Cr\$ 300,00. Comprometia-se a fazer exibições com o seu Boi Misterioso da Mustardinha, a serviço do SSCM, sempre que fosse necessário. Emocionado com a medida adotada por Potiguar Matos, dias depois Hermilo Borba Filho publicaria, ainda, um novo artigo no DIÁRIO DE PERNAMBUCO, desta vez chamado: "Atirei no que vi e matei o que não vi".

MEU PROFESSOR — A amizade entre o capitão Antônio Pereira da Silva e o escritor Hermilo Borba Filho era muito forte. Aliás, a "patente" de capitão foi-lhe dada por Hermilo no tempo em que, juntamente com Ariano Suassuna, o autor de "Deus no Pasto" fundou o Teatro do Estudante de Pernambuco.

Desde este tempo os dois estiveram sempre unidos e em qualquer apresentação, Hermilo Borba Filho fazia questão de apresentar o capitão como o "meu professor". Isso envaidecia muito o velho fundador do Boi Misterioso da Mustardinha.

As vésperas de comemorar os seus 88 anos de idade, o capitão diz sorridente:

Não sei como passou tanto tempo.



Som emitido pelo coração é pesquisado

As universidades brasileiras ainda não oferecem excepcionais condições para a pesquisa universitária. Mas a palavra **pesquisa** não deixa de ser a tônica principal de nossas universidades. "Pesquisa? Como, pois se o temerário pesquisador não comprar o lápis com que tomará anotações, simplesmente não fará pesquisa nenhuma?", afirmam, com alguma dose de exagero, estudantes e professores brasileiros interessados em algum tipo de pesquisa. Mesmo assim, as pesquisas são feitas, sendo que algumas não somente valem a pena como despertam o mais vivo interesse.

Auscultando o coração

É o caso de uma pesquisa do professor Fernando Rocha Carvalho, da Universidade Federal de Pernambuco, que está sendo transformada em livro. O livro, que será publicado pela Editora Guanabara, trata do estudo do registro gráfico dos ruídos do coração e dos pulsos arterial, venoso e apexcardiogramas (ponta do coração).

Elementos de Fonemecanocardiografia é o primeiro livro, na bibliografia médica nacional, a tratar de semelhante assunto: "Trata-se de um exame complementar à auscultação do coração", assegura Fernando Rocha. E diz que começou a se interessar pelo assunto quando estagiava na "Scripps Clinic and Research Foundation", em La-Jolla, San Diego, Califórnia. Como todo caipira, o professor ficou encantado com as excelentes condições com que depapou, nos Estados Unidos, para fazer suas investigações científicas. "Não falta nada na bibliografia médica americana, e isso serve de estímulo a qualquer pesquisador". Nos Estados Unidos, Fernando Rocha estagiou sob o comando do eminente professor E. Grey Diamond, em Cardiologia Geral.

Seu livro é de fundamental importância para os que se iniciam no estudo da Cardiologia. "Na realidade", diz Fernando Rocha, "eu não faço nenhuma descoberta nova, mas acho, porém, que estou colaborando com aqueles, mestres e alunos, que não dispõem de uma obra semelhante em nossa bibliografia médica".

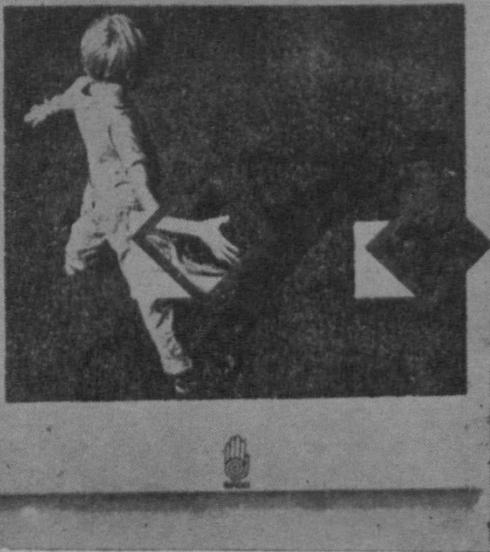
O livro possui 135 figuras de traçados. E o aparelho que o professor Fernando Rocha utilizou para os traçados do livro foi comprado através do ex-Instituto de Cardiologia, cuja extinção ele lamenta muito.

Espera ele, agora, que **Elementos de Fonemecanocardiografia** seja publicado no próximo Congresso Brasileiro de Cardiologia, a ser realizado em Porto Alegre, em julho. "Acho uma ocasião muito oportuna para o lançamento do meu livro", finalizou Fernando Rocha.

Um livro em favor do Homem

prevenção dos desajustamentos na infância e adolescência

WILTON VIANA



Enquanto Wilton Viana escrevia três trabalhos para a IV Reunião do Fórum Pan-americano para o Estudo da Adolescência, o assunto — prevenção e adolescência — ia se apossando de sua mente de tal maneira que, algum tempo depois, ele passava a tratar a matéria com muito mais amplitude. Claro, não havia, de início, a tentativa de escrever um livro, e sim, de colaborar com a Reunião.

Todavia, a "intenção básica ao transformar o tema em livro foi justamente abrir a discussão a respeito do assunto prevenção em saúde mental, voltado para a área da adolescência, oferecendo minhas observações".

Wilton Viana traz em seu livro substanciais contribuições ao problema da prevenção dos desajustamentos na infância e adolescência. Aludindo ao ditado popular "Melhor prevenir do que remediar", dos mais difundidos, ele indaga: "Mas será que a prevenção tem sido realmente praticada, sobretudo quando se leva em conta que se 'deve fazer isto para evitar aquilo'".

Infinita extensão

Ele acredita que as psicoterapias não podem ser isoladamente concebidas como fator de prevenção, conforme acreditava Melanie Klein. Se o pesquisador aceita que as partes imaturas persistem por toda a vida, tanto no indivíduo quanto na sociedade, e que a Intenção Indivíduo-meio ambiente existe em níveis inconscientes (relações simbólicas de Bleger, identificações projetivas de Klein, continente-conteúdo de Bion, objetos transicionais de Winnicott e um grande número de concepções teóricas para esses níveis de interação), realmente não é possível postular psicoterapia ou análises individuais como fatores de prevenção. Pois as inter-relações a serem atingidas seriam de uma infinita extensão.

Situação Idêntica

Para Viana, os conteúdos de um grupo social institucionalizado deixam entrever notável semelhança com a psique individual. Assim, existiria na estrutura e em seus processos um arsenal de continentes que são utilizados pelo indivíduo e parte do self atribuídas à estrutura sócio-familiar, mas apenas nas situações patológicas, mas no seu entender, sobretudo e permanente-

mente no que se pode chamar de vida normal do indivíduo.

A certa altura, ele procura comparar a infância e adolescência no meio social às partes imaturas no meio interno do indivíduo. E pede para que se observe a maneira pela qual são tratadas as crianças pelas instituições legais, morais, religiosas e políticas, quando será fácil constatar uma situação idêntica.

Conclusões

No epílogo do seu livro **Prevenção dos Desajustamentos na Infância e Adolescência**, Wilton Viana afirma que, "se conseguíssemos a inclusão dos conhecimentos psicanalíticos de forma adaptada ao funcionamento de cada técnico, em cada função, de cada momento etário na infância e adolescência, na certa estaríamos realmente prevenindo, porque estaríamos substituindo o modelo das estereotipias pelo modelo das ponderações, onde a rejeição do ser emocional seria substituída pela disposição em lidar com os componentes emocionais no relacionamento entre pessoas".

Wilton Viana quer que a psicanálise seja uma ciência acessível a um número bem maior de pessoas e classes sociais. O que não pode continuar a acontecer, afirma ele, é a psicanálise ficar restrita à posse e ao uso das sociedades psicanalíticas e a uma minoria social. Ele quer que os conhecimentos psicanalíticos sejam aplicados em benefício da maioria, o que é bastante razoável, mas sem prejudicar os psicanalistas nem a própria psicanálise. Pelo contrário, essa ciência passaria a ter qualificações e áreas práticas mais bem definidas, assim como uma maior divulgação, e teria a oportunidade de se enriquecer pelo que de outras áreas científicas tiver oportunidade de conhecer. E de incorporar.

No último parágrafo do seu livro, Wilton Viana faz sua profissão de fé e esperança no homem, acrescentando que "algo pode e tem que ser feito, porque o ser humano não é totalmente mau. Apenas confundido e permite que a sua destrutividade tome conta de sua conduta, porque em geral age sob a premência de buscar as soluções mais rápidas e fáceis. E tal premência não o deixa, por falta de conhecimentos, encontrar as soluções mais simples".

Professor estuda as causas que afetam leitura das crianças

A palavra dislexia não é muito familiar aos nossos ouvidos. Trata-se de um termo que nos envia à Medicina, e, portanto, alguma explicação será necessária para uma melhor compreensão de sua etimologia. E, etimologicamente, dislexia significa dificuldade para a leitura. Não é raro encontrar crianças e adultos com este tipo de dificuldade. Para os diferentes casos, contudo, os médicos estabelecem sutis diferenças. Para eles, se a anomalia se observa na criança e não é adquirida, após um satisfatório domínio da leitura, é correto verificar que ela conta com uma certa dificuldade para a aprendizagem da leitura. Ao passo que, no caso do adulto, os médicos diagnosticam uma perda ou uma regressão da função em jogo. Ou ainda, como pretende René Zazzo, de uma lastimável desorganização psíquica. Mas, prosseguindo no terreno das conceituações, a Dra. Ana Maria Poppovic lança novas luzes sobre o caso. Para ela, a criança disléxica sofre de um distúrbio da maturação ou de uma anomalia de estrutura, ou de um outro qualquer fator patogênico que porventura interfira na organização integrada do sistema funcional da linguagem.

Distúrbios associados

Na sua tese "Investigação Psiconeurológica em Crianças com Dificuldades para a Leitura", escrita para concurso de docência livre de Psiquiatria I e II e apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, o professor Zaldo Antonio Barbosa Rocha presta uma importante contribuição ao estudo do problema.

Zaldo Rocha assegura que a dificuldade para a leitura não está determinada por um distúrbio sensorial. Se estivesse, não seria possível distinguir a criança disléxica da criança amblíope, ou seja, com enfraquecimento da vista, ou daquela outra com vícios de refração. Alguns estudiosos já chegaram a supor que a acuidade próxima, a visão binocular, a visão em profundidade, assim como a diminúcia óculo-manual funcionam como possíveis fatores dominantes. Estudos recentes, porém, como os de Lawrence Lawson, refutam inteiramente a importância de tais fatores. Segundo Lawson, eles poderiam, no máximo, agravar mas nunca determinar o fenômeno da dislexia.

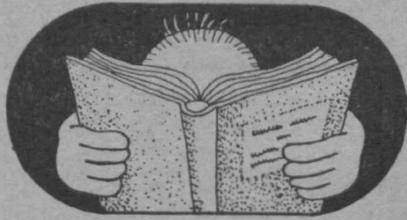
O professor pernambucano vai adiante. Ele acredita que a dificuldade para a leitura também não está determinada por uma deficiência intelectual. Somente assim, diz Zaldo Rocha, é possível distinguir a dislexia das dificuldades para a leitura que se observam nas crianças oligofrênicas. Aqui, a falha da linguagem não é limitada, específica, como no caso da criança disléxica. Trata-se, porém, de uma falha global, generalizada. Ao passo que, na dislexia, além da discrepância entre o nível de leitura e o nível intelectual, é facilmente verificável uma igual discordância entre a capacidade para ler e a capacidade para assimilar outros tipos de aprendizagem que não se relacionem com o símbolo verbal.

Há, ainda, quem atribua a dislexia a uma má orientação pedagógica. Mas Zaldo Rocha não concorda. A dificuldade para a leitura, insiste ele, não pode ser determinada por fatores puramente pedagógicos, resultantes de uma má iniciação, de exercícios insuficientes ou de uma motivação inadequada. Pois estes casos são facilmente reeducáveis, dispensando plenamente aqueles processos psicopedagógicos especiais. E recorre, então, a André Rey, segundo o qual, na dislexia a dificuldade para a leitura é persistente, e "a criança não pode, assim, realizar um comportamento léxico eficaz, a partir das formas e da quota de exercícios que, de ordinário, são suficientes para as demais crianças".

Mas os médicos dizem que, para um melhor diagnóstico da dislexia, não é recomendável relegar a segundo plano a presença dos chamados distúrbios associados. A este respeito a Dra. Poppovic, mais uma vez citada por Zaldo Rocha, diz o seguinte: "O que caracteriza um diagnóstico de dislexia é o caráter sistemático dos erros e, principalmente, a concomitância do aparecimento de outros distúrbios, sendo os mais frequentes os referentes à fala, à compreensão da linguagem, à orientação espacial e temporal, à discriminação perceptiva visual e auditiva, ao esquema corporal, à dominância lateral, à incoordenação motora, à noção direita-esquerda e à atenção. O caráter sistemático dos erros e a concomitância destes erros com os distúrbios citados são condições básicas para o diagnóstico da dislexia".

Crianças disléxicas

Com uma amostra humana constituída de 156 crianças entre 7 e 8 anos, Zaldo Rocha expôs os resultados práticos do seu trabalho. Assim, conclui que metade dessas crianças (que ele denominou de grupo patológico) era portadora de dificuldades persistentes para a leitura e frequentava, em sua maioria, o ambulatório do Setor de Psiquiatria Infantil do V Departamento da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco. A outra metade (grupo controle) frequentava o Colégio João Barbalho, pertencente à rede oficial de ensino. E em nenhuma das crianças foi localizado algum sintoma de deficiência mental ou mesmo de distúrbios neurológicos evidentes. Mas outros grupos também foram estudados. E o pesquisador sempre teve o cuidado de reunir um número aproximado de meninos e meninas, todos emparelhados em idade e situação sócio-econômica.



Gilvan Lemos e o realismo fantástico do cordel



Quem é Gilvan Lemos

Gilvan Lemos é de São Bento do Una, agreste pernambucano. Aí viveu toda a infância e parte da mocidade.

Trabalhava numa fábrica de laticínios (cenário do seu primeiro romance, *Noturno sem Música*), lia muito e gostava de desenhar.

Influenciou-se pela literatura, deixou o desenho.

Sua primeira "vitória" no campo da literatura: dois contos publicados numa revista de Belo Horizonte (então, andava pelos 17, 18 anos de idade).

Em 1949 mudou-se para o Recife, onde ainda reside. É funcionário do INPS.

Pela mão do poeta (falecido) José Maria Cerqueira, seu contemporâneo, foi levado ao Diário de Pernambuco, para ser apresentado a Mauro Mota, que lhe abriu caminho no suplemento literário daquele jornal, de grande influência, na época. Mauro Mota fizera parte da comissão julgadora dum prêmio instituído pela Secretaria de Educação do Estado, dando-lhe o voto para o romance *Noturno sem Música*, que, no final, ficou em 2.º lugar, empatado com O Visitante, de Osman Lins. O 1.º lugar desse concurso coube a Manuel Maria de Araújo Sobrinho, com o romance *Massapê* (Isso foi em 1952).

Gilvan Lemos tem publicados os seguintes livros:

Noturno sem Música, romance, Ed. Nordeste, Recife, 1956 — Prêmio Vânia Souto Carvalho. *Jutai Menino*, romance, Edições O Cruzeiro, Rio, 1968, Prêmios: Orlando Dantas, do Diário de Notícias, Rio, e Olívio Montenegro, da UBE, seção de Pernambuco.

Emissários do Diabo, romance, Ed. Civilização Brasileira, Rio, 1968, Prêmio Othon Bezerra de Mello, A. Pernambucana de Letras.

O Defunto Aventureiro, contos, Ed. Universitária, Recife, 1974, Menção Honrosa no Prêmio José Lins do Rego, da José Olympio Editora.

A Noite dos Abraçados, novelas, Ed. Globo, Porto Alegre, 1975.

Os Olhos da Treva, romance, Ed. Civilização Brasileira, Rio, 1975.

Os Que Se Foram Lutando, contos, Ed. Artenova, Rio, 1976, em convênio com a Prefeitura do Recife, Secretaria de Educação e Cultura.

Tem um conto incluído na coletânea *O Urbanismo na Literatura*, organização e apresentação de Cyl Gallindo, Ed. Livros do Mundo Inteiro, Rio, 1976.

Um capítulo de *Jutai Menino*, no Livro didático Português, 1.ª série ginasial, de Domingos Paschoal Cegalla, da Cia. Editora Nacional, São Paulo.



GILVAN LEMOS, em seu espírito arredo a qualquer publicidade, mantém, dentro de uma vida eremítica de escritor, ao lado de seus livros e de sua máquina de escrever, uma verdadeira vocação de ficcionista inteiramente voltado à sua obra de ficção. Os rumores do mundo não perturbam a essa pessoa meio enigmática, calada mas simpática, a não ser na medida em que passam a fazer parte da tessitura da sua obra de criação. Autor de mais de seis livros, declara Gilvan Lemos na sua entrevista para o JU que o Realismo Fantástico ou Mágico da literatura sul-americana já se encontra, de maneira bem íntegra, em nossa literatura de cordel.

JU — Seu primeiro livro publicado foi *Noturno sem Música*, em 1956; o segundo, *Jutai Menino*, 12 anos depois. Qual dessas duas obras contém elementos mais próximos das suas tendências ulteriores, em seu trabalho de ficção?

G.L. — O prazo de 12 anos, aí, deve ser considerado apenas em relação às datas de publicação. Na verdade, *Noturno sem Música* foi escrito em 1951 e, *Jutai Menino*, em 1956. Deste modo, quer pela feita, quer pelas tendências, os dois romances se parecem bastante, embora um seja escrito na primeira e o outro na terceira pessoa. Eu diria que na época em que os escrevi minhas preocupações eram intrinsecamente sentimentais. A partir de *Emissários do Diabo*, escrito entre 1966/67 e publicado em 68, já mais experimentado e naturalmente amadurecido, foi que passei a ter maiores ambições com referência à criação literária. Posso-lhe responder, então, que é *Emissários do Diabo* o romance que contém elementos mais próximos de minhas tendências atuais.

JU — Seu exercício literário se realiza lentamente ou, pelo contrário, de um só fôlego?

G.L. — O expediente de oito horas diárias, que sou obrigado a cumprir no INPS, impõe um ritmo lento no meu trabalho de ficção. Embora lá mesmo na repartição, ou em qualquer parte onde me encontre, esteja sempre observando, mentalizando, acumulando experiências para novo trabalho, só o início depois que tudo já está mais ou menos organizado em minha mente, então dedico a ele minhas horas vagas, que são poucas, daí eu levar de um a dois anos para dar uma obra por terminada.

JU — Depois de escrever um novo trabalho, costuma dá-lo logo à publicação, ou espera antes que o tempo ajude nas suas escolhas definitivas?

G.L. — De certo modo, faço as duas coisas ao mesmo tempo. Isto é, envio-o imediatamente para a editora, mas como na editora o trabalho é submetido à leitura do conselho, à apreciação do diretor, o que leva algum tempo para que se decida se o livro será ou não publicado, depois do que, há, ainda, assinatura de contrato, espera de impressão, etc., aproveito esse intervalo para novas leituras ou emendas, se for o caso.

JU — Qual foi a experiência mais forte em sua vida que o impulsionou a escrever?

G.L. — Creio que é difícil, a um escritor, saber o motivo por que se tornou escritor. Lá em casa todo mundo gostava de ler. Minha mãe conservava, sobre a máquina de costura, um romance que ela sempre estava lendo, nos momentos de folga. Mas eu gostava mesmo era de histórias em quadrinhos e, talvez por isso, minha primeira manifestação artística tenha sido dirigida para o desenho. Criei, então, uma revista semanal, toda ela escrita e desenhada por mim. E me decidi: "Vou ser desenhista de histórias em quadrinhos". Mais taludo, já com meus 13 anos de idade, foi que passei a ler romances. Então mudei de idéia. Ser escritor, a meu ver, "dava menos trabalho".

JU — A crítica considera sua obra de ficção uma das mais importantes da atualidade brasileira. A que aspecto de sua obra você atribui a consideração especial da crítica?

G.L. — Para ser sincero, estou sabendo agora que a crítica faz esse juízo tão favorável da minha obra de ficção. Assim, não disponho de meios para avaliar em que essa crítica se baseia para julgar-me de modo tão especial.

JU — Quais os temas que você costuma explorar em seus romances, e que relação encontra entre esses temas e o espírito do seu tempo?

G.L. — Os temas de sempre: A eterna insatisfação do homem diante do mundo, sua luta constante contra o meio, as dificuldades para a sobrevivência, o próprio homem, e tudo mais que se relaciona com a vida. Você já notou que desde que nasce e até o final do seu ciclo o homem só encontra diante de si obstáculos e mais obstáculos? Nada o homem consegue sem muita luta, muita disposição de vencer. E mal ele consegue ultrapassar um desses obstáculos, topa logo com outro, mais outro, mais outro, até deixar a luta de lado e se preparar para morrer. Por isso Riobaldo dizia que "viver é muito perigoso". Esse é o espírito do nosso tempo, como tem sido de outros tempos passados, desde o início do mundo. Apenas variam as dificuldades, mas elas, de qualquer ou em qualquer forma, sempre reaparecem, convivem com o homem.

JU — Como autodidata, em que medida você acha que lucrou com isso, em seu trabalho criador?

G.L. — Não posso afirmar que lucrei com isso. Seria porque, livre dum horário rígido, a que estaria preso numa universidade, teria mais tempo para ler e exercitar-me na carreira que escolhi? Mas nunca tive horário disponível, desde os 15 anos de idade que trabalho em expedientes de oito horas por dia e, certamente, o que assimilei sozinho teria maior rendimento se o tivesse conseguido através de estudo organizado e bem orientado por pessoas que tivessem ascendência sobre mim.

JU — Quais os escritores ou obras que se tornaram mais marcantes para o seu destino de escritor?

G.L. — Fui influenciado por vários autores, em variadas fases de minha formação, naturalmente numa época em que eu apenas sonhava em ser escritor. Acho que a primeira influência que sofri, escrevendo, foi de Jorge Amado, talvez por ser mais fácil de imitar. Passei depois por José Lins do Rego, Érico Veríssimo e, já mais consciente, Graciliano Ramos, que colocar acima de todos, e a quem, em segredo, escrevi uma carta, que não me foi respondida, não sei se porque, modestamente, dispensava ao gênio a obrigação de respondê-la ou se Graciliano Ramos se desobrigou desse trabalho considerando as tolices que mandei lhe dizer. Mas o livro de ficção que me marcou de fato e que me fez dizer intimamente "vou ser escritor", em vez de desenhista, como era meu plano inicial, foi O Conde de Monte Cristo, de Alexandre Dumas. Ainda na fase em que um bom romance me tirava o sono, a vontade de comer, beber, viver, me empolguei com *Grande e Estranho é o Mundo*, do peruano Ciro Alegria e, de modo mais meloso, com o do gaulês Richard Llewellyn: *Como Era Verde Meu Vale*. Hoje, são poucos os romances que me deixam "aniquilado" assim. Nesses últimos anos, acho que apenas três romances conseguiram reviver-me aquela antiga-forte-impressão: *A Pedra do Reino*, de Ariano Suassuna, que reli recentemente, me preparando para acolher *O Rei Degolado*, e que apreciei muito mais do que quando o li pela primeira vez; *Grande Sertão: Veredas*, de Guimarães Rosa; e *Cem Anos de Solidão*, de Gabriel García Márquez.

JU — Quais são as suas relações com o realismo fantástico da ficção latino-americana? Gostaria de nos citar os escritores e obras mais importantes, a seu ver, dessa moderna tendência literária?

G.L. — Otto Maria Carpeaux já nos chamava a atenção para a importância da literatura latino-americana. Escritores do valor de Alejo Carpentier, Vargas Llosa, García Márquez, Juan Rulfo, Manoel Rojas, Cortázar, Puig, Carlos Fuentes, Manuel Scorza e tantos

outros, eram, até bem pouco tempo, completamente desconhecidos do público brasileiro. Astúrias nem tanto, devido ao Prêmio Nobel por ele conquistado. Mas a maioria desses autores foi-nos revelada através da Europa, onde muitos deles residiam ou residem. A Europa, supercivilizada, esgotada em invenções romanescas (que não fizeram os europeus, em matéria de arte?), vivia sob um clima insosso de "anti-romance", "anti-arte", saturada de tudo, suportando, sem escolha, as chatices dos Butor, dos Alain Robbe-Grillet, e naturalmente foi pegada de surpresa pela exuberância da literatura, para ela nova, dos latino-americanos. Daí o "boom". Explosão que nos atingiu em cheio, porque você sabe que tudo que nos vem de "lá" tem de ser incomparavelmente melhor do que o que pudermos fazer aqui. Toda vida foi assim. Isso não quer dizer, entretanto, que eu desgoste dos chamados autores latino-americanos. Pelo contrário, tenho verdadeira admiração por romances como *A Casa Verde*, de Llosa, *A Morte de Artêmio Cruz*, de Fuentes; *Boquinhos Pintadas*, de Manuel Puig, e até citei há pouco *Cem Anos de Solidão* como dos maiores romances que já li. Aprecio bastante o realismo fantástico, ou mágico, e García Márquez o emprega de modo fascinante. Agora, lhe digo modestamente, essa espécie de realismo, em literatura, não é novidade. Não quero nem falar de Kafka, Faulkner, fico mesmo com as histórias populares, histórias de Trancoso e, para ser mais explícito com os nosso folhetos de feira, a "literatura de cordel". O Pavão Misterioso, por exemplo, não é uma história que pode ser considerada de puro realismo fantástico? Ali estão todos os ingredientes dessa escola, se já se pode chamar de escola. Recentemente, em depoimento à revista "Escrita", Ciro dos Anjos afirmou: "Não gosto do realismo fantástico. A vida real já é tão rica, absurda e misteriosa, que deve ser trabalhada em si mesma". Não chego a tanto, gosto do realismo fantástico e, embora timidamente, o empreguei em *Os Olhos da Treva*. Aquela do serrote que se mudou pelos ares, deixando em seu lugar O Buraco. Empreguei-o timidamente porque, no meu romance, esse fenômeno é apresentado como tradição popular, não se afirma que isso aconteceu de fato. Aliás, nos últimos contos de Hermilo Borba Filho o realismo fantástico é uma constante, embora, outra vez "embora", ele o tenha feito aproveitando o anedotário popular, o que vem confirmar o que a ventel acima: Em nossas histórias populares já havia largo uso do realismo fantástico.

JU — Em que sentido você encara a modernidade na arte?

G.L. — Creio que nenhum autor escreve para uma geração que virá, tampouco o faria para uma que não existe mais. É temerária a afirmativa que alguns gostam de fazer em relação a autores herméticos, difíceis, de que eles só serão entendidos "daqui a cem anos". Ora, daqui a cem anos, quem pode saber como andar este nosso mundo cansado de guerra? Ainda existirá? E, existindo, quais as tendências que o governam? A meu ver, o autor deve escrever para o seu tempo, sua gente, aqueles que o cercam e para quem ele deseja melhores dias e maior compreensão. Então, para mim, a arte deve ir de encontro às aspirações e necessidades da atualidade, dos problemas presentes, dos anseios daqueles que vivem hoje, agora, neste momento.

JU — Qual, de suas obras, a que você considera mais a altura, no momento, do seu gosto, ou que melhor realiza o seu desígnio de criação?

G.L. — Eu ia dizer *Os Olhos da Treva*, meu último romance publicado, no qual mais me emerei, no qual trabalhei com maior cuidado, aproveitando melhor a fatura literária. Mas, no momento, estou revendo *O Anjo do Quarto Dia*, o próximo, e, sem propaganda, fico com este. Sempre gosto mais do livro que escrevo por último.



“O suplício de Frei Caneca” UMA EXPLOSÃO TEATRAL.

O “Suplício de Frei Caneca”, de Cláudio Aguiar, que teve sua estréia no mês passado, no teatro do Parque, constituiu-se num espetáculo realmente convincente; durante o tempo em que nele esteve em cartaz foi aplaudido de pé todas as noites.

O “porquê” de “O Suplício de Frei Caneca” ter galvanizado a platéia recifense deve-se, entre outros fatores, além do texto, — profundamente vincado pelo teatro claudeliano — à montagem e direção de José Francisco. Quanto ao texto em si mesmo, a associação dos nomes Cláudio e Claudel não foi, ao nosso ver, nem fortuita nem arbitrária. Um texto realmente de primeira linha que veio, inclusive, contribuir bastante para que Cláudio Aguiar se iniciasse em sua carreira de teatrólogo. Carreira, que pelas suas evidências, não parece reduzir-se apenas a uma promessa.

O José Francisco, entretanto, como diretor da peça, deu ao oratório dramático um tratamento talvez diferente do que esperasse Cláudio Aguiar. Para o bem do autor, aliás. José Francisco utilizou, à sua maneira, do elemento de tragicidade da peça para, dentro de uma linha de grande sarcasmo, arrasar com toda a farsa de um julgamento que fez de Frei Caneca um condenado antes mesmo que pudesse armar sua defesa. Para ficar mais claro: depois de já condenado, Frei Caneca, segundo a praxe do julgamento, que foi histórico, fez, então, a sua defesa.

Dentro de um caráter crítico-sarcástico, alheio a uma cosmovisão religiosa, José Francisco procurou, inclusive, dar um significado de dúvida ao momento em que Frei Caneca, depois de agir em sua consciência por sua pátria e por sua Igreja, viu-se condenado e degradado, em seguida, das pró-

rias vestes sacras, justamente por ter agido bem em sua missão tanto de sacerdote como de patriota.

A peça, dentro do espírito da montagem, atingiu o público precisamente porque o personagem, Frei Caneca, foi por ele empalmeado: isto é, a revolta do sacerdote desparou, por sua vez, a revolta do povo. E o povo, ao aplaudir de pé o espetáculo, nada mais fez do que solidarizar-se com o sacrifício do sacerdote assassinado por lutar pela liberdade do seu País.

O espetáculo contou com a participação, ainda, do compositor Genérico Luna que, ao lado de Cláudio Aguiar, que é também músico, executou a trilha musical do espetáculo, valendo ressaltar, além da adaptação do Pastoral, o maravilhoso Kyle e o Tema final, as duas últimas músicas também da lavra de Cláudio Aguiar.

CATALOGANDO

BONIFÁCIO ANDRADE

POSSE E USO DA TERRA

O mais amplo estudo que conheço sobre a estrutura agrária brasileira é o elaborado pelo Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA) e publicado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), tm 1966. Foi editado nos Estados Unidos (Washington, D.C.), nos idiomas português, inglês e espanhol, tendo a versão em nossa língua, com 649 páginas, o seguinte título: *Posse e uso da terra e desenvolvimento sócio-econômico do setor agrícola — Brasil*.

O CIDA foi um órgão constituído pela Organização dos Estados Americanos (OEA), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Comissão Econômica para a América Latina — das Nações Unidas — (CEPAL) e Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA). Criado no dia em que foi assinada a famosa Carta de Punta del Este, tinha como “missão fundamental” “coordenar as atividades de planejamento agrícola e reforma agrária dos organismos que o compõem e realizam estudos básicos sobre os problemas que dificultam o desenvolvimento da agricultura na América Latina (...)”.

Em 1962 o CIDA iniciou o estudo da questão agrária em sete países latino-americanos (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala e Peru) e posteriormente em outros. O volume a que estou me referindo é um dos resultados desse empreendimento.

À maneira do que foi realizado com relação aos outros países, no estudo sobre o Brasil “em primeiro lugar, foram analisados, em nível nacional, os dados de estatística e recenseamento (...). Em segundo, foi também feita uma análise das publicações e de estudos e pesquisas ainda não publicados, sobre o sistema de “tenência” da terra, em níveis locais e regionais, muitos dos quais foram preparados especialmente para o estudo. Em terceiro lugar, foram feitos em cada país selecionado ‘estudos de casos’ das zonas consideradas típicas dos principais sistemas de posse e uso da terra” (p. XVII).

Esses estudos de casos e outros “estudos especiais” são “a espinha dorsal” do relatório que constitui o livro citado (p.11).

As pesquisas sobre o Brasil contaram com a participação do Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, então dirigido por Manuel Diégues Júnior; da Fundação IBGE, da Fundação Getúlio Vargas, do extinto Serviço Social Rural e de diversas outras entidades, inclusive várias universidades. Em nosso País os estudos de casos foram realizados por dezenas de experientes pesquisadores, muitos deles famosos, como Thales de Azevedo, José Arthur Rios, Carlos Alberto de Medina e tantos outros.

No Brasil, os estudos de casos foram realizados entre dezembro de 1962 e primeiro de julho de 1963, em onze municípios: Santarém (PA), Quixadá (CE), Sape (PB), Garanhuns (PE), Itabuna (BA), Camaçari (BA), Matosinhos (MG), Itaguaí (RJ), Jardimópolis (SP), Sertãozinho (SP) e Santa Cruz (RGS). E foram ainda escritos oito “relatórios especiais” sobre o conjunto do País. Quanto à escolha daqueles municípios, os redatores do livro em tela esclarecem: “As áreas selecionadas não representam uma amostragem aleatória dos municípios do Brasil, antes pelo contrário, foram selecionadas porque eram sabidas ou presumivelmente áreas de condições sociais, políticas e econômicas ilustrativas dos problemas em estudo e, desta forma, admitidas como indicativas das principais condições da tenência da terra no Brasil” (p. 10).

De todos esses levantamentos de campo e da bibliografia então existente resultou o alentado volume, que apresenta um excelente retrato da estrutura agrária brasileira na época.

Além dos apêndices e de outras partes, o livro tem seis capítulos: 1. Introdução, 2. A agricultura e a economia brasileira, 3. O monopólio dos recursos da terra no Brasil, 4. Aspectos sociais e econômicos dos sistemas de tenência da terra no Brasil, com especial ênfase sobre o latifúndio-minifúndio, 5. As consequências econômicas do sistema de posse e uso da terra no Brasil, e 6. Considerações finais.

O sexto capítulo é iniciado com o seguinte parágrafo: “Aos observadores interessados na agricultura do Brasil, tem sido óbvio, desde muito, que ela não está desempenhando as suas funções de modo a suprir a população brasileira de quantidades e variedades adequadas de alimentos e de oferecer a toda a sua população rural oportunidade de emprego com renda suficiente para níveis de vida razoavelmente confortáveis, em condições de trabalho aceitáveis e com fundos financeiros suficientemente grandes para reinvestir no desenvolvimento do setor agrícola ou — no caso de um superavit — nos setores da indústria e do comércio” (p. 601). E acrescenta mais adiante: “Se o material elaborado nos capítulos precedentes representa o quadro típico das condições predominantes no Brasil, então, parece que não há como fugir à conclusão de que a estrutura de tenência da terra no Brasil constitui o fator determinante que afeta o desenvolvimento e o progresso da agricultura brasileira, e se tenência da terra não constitui a relação causal, é pelo menos tão intimamente ligada à produção insuficiente, à pobreza e à fome que quase não pode restar dúvida quanto ao acerto do argumento” (p. 602).

A extraordinária qualidade das pesquisas sintetizadas nesse livro publicado pela OEA e a relevância da questão, são suficientes para demonstrar a conveniência da repetição das pesquisas no primeiro semestre do próximo ano, quando aquelas estarão completando quinze anos. E quando o Ato Institucional Número Nove, de 25 de abril de 1969, que permite o pagamento de propriedades rurais desapropriadas com títulos da dívida pública, estará completando nove anos; e após o Estatuto da Terra completar treze anos, em 30 de novembro de 1977.

Acredito que atualmente as universidades brasileiras têm pessoal qualificado para realizar estudos daquele porte. E os recursos financeiros poderiam vir dos próprios organismos internacionais que constituíram o CIDA, especialmente a OEA.

NOTAS

- 1 Em 1964 Levy Cruz reuniu suas anotações de aula em apostila que era menos apostila do que livro, dos melhores disponíveis, mimeografado. Com a saída de Levy Cruz para lecionar e pesquisar no exterior foram tiradas inúmeras edições clandestinas do seu trabalho, em virtude da grande aceitação do mesmo entre professores e estudantes universitários. Voltando a Pernambuco e a lecionar na UFPE, Levy revisou e ampliou o seu livro, lançado no ano passado uma nova edição de *Sociologia — Uma Introdução*. Ainda mimeografado. 2 Um importantíssimo lançamento da Alfa-Omega, ainda em 1976, foi *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*, de Maria Isaura Pereira de Queiroz. A primeira parte do livro em 128 das 230 páginas do volume, é constituída pelo ensaio “O mandonismo local na vida política brasileira”, publicado anteriormente em 1970, pela Universidade de São Paulo. A segunda parte é constituída por um trabalho incluído no oitavo volume da *História Geral da Civilização Brasileira*, organizado por Boris Fausto (vide “Catalogando”, janeiro). A terceira e última parte é um ensaio sobre os “Jagunços”. 3 Outro lançamento importante da Alfa-Omega em 1976 foi *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*, de Maria do Carmo Campello de Souza. 4 Continua bastante procurado e ainda atualizado *A verdade sobre a Revolução de Outubro — 1930*, de Barbosa Lima Sobrinho, publicado inicialmente em 1933 e reeditado em 1975 pela Alfa-Omega. 5 Entre os trabalhos traduzidos no ano passado merece destaque o livro *Para que serve a Ciência?*, em que Bernard Dixon questiona o papel da Ciência e o trabalho do cientista. Em tradução de Cordélia Carnabava Arruda, foi publicado pela Cia. Editora Nacional, em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo. 6 Ainda sobre Ciência: no início do corrente ano a Zahar publicou, em tradução de Antônio Cirurgião, *O impacto da Ciência na Sociedade*, de Bertrand Russel. 7 Muitos estudiosos consideram *Milagre em Joazeiro*, livro de Ralph Della Cava sobre Juazeiro e o Padre Cícero, o mais importante trabalho já escrito por brasileiro. No entanto, ele só foi publicado no Brasil no início do corrente ano, pela Paz e Terra, em tradução de Maria Yedda Linhares. 8 De dois dos mais destacados economistas pernambucanos, Roberto Cavalcanti de Albuquerque e Clóvis Vasconcelos Cavalcanti, o IPEA publicou, no ano passado, *Desenvolvimento regional do Brasil*. 9 Livro de José Honório Rodrigues é sempre livro importante. E mais um foi publicado no final de 1976, pela Editora Perspectiva: *História, corpo do tempo*. É uma coletânea de conferências, ensaios e artigos escritos entre 1970 e 1972. 10 Também no final do ano passado a Editora Cultrix, em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo, publicou o primeiro volume (referente ao período de 1550 a 1794) de uma obra que certamente será uma das mais discutidas no País durante a corrente década: *História da inteligência brasileira*, de Wilson Martins.

“Augusto Frederico Schmidt”

Jon M. Tolman, ensaísta norte-americano xou um dos rastros mais perduráveis de sua praticamente desconhecido entre nós, publicou, influência, que se estendeu a poetas que atingiram através de Ouiron, uma das obras englobam a evidência de um Vinícius de Moraes. seísticas mais significativas dos últimos tempos. Trata-se da obra de um artista controverso, e O ensaio de Tolman analisa o que há de tão renovador a seu modo, para a poesia brasileira, (para além do róleira, como Augusto Frederico Schmidt. Poeta tulo do seu neo-romantismo) estabelecendo cotido como neo-romântico, foi ela que, através nexões entre sua obra e a poética européia do do versículo bíblico ou do soneto branco, del-seu tempo, notadamente Charles Péguy.

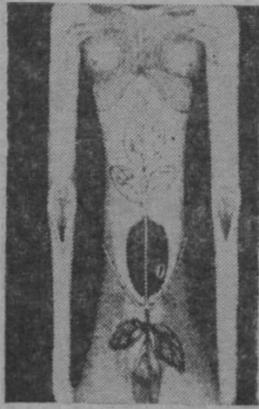
“O social e outros ensaios”

Numa edição da Editora Ouiron, de São Paulo, em convênio com a Secretaria de Educação e Cultura da P. M. R., o “Social e outros ensaios”, de Ormindo Pires Filho, representa um trabalho de ensaísta jovem cuja análise diversificadora abrange prosadores e poetas de aquém e de além fronteiras. Entre os de aquém figuram, não só Guimarães Rosa e Machado de Assis, sem excluir os ditos autores sociais, mas também alguns poetas pernambucanos como César Leal, Marcus Accioly e Ângelo Montcação e Cultura da P. M. R., o “Social e outros ensaios”, de Ormindo Pires Filho, representa um trabalho de ensaísta jovem cuja análise diversificadora abrange prosadores e poetas de aquém e de além fronteiras. Entre os de aquém figuram, não só Guimarães Rosa e Machado de Assis, sem excluir os ditos autores sociais, tempo no gênero.

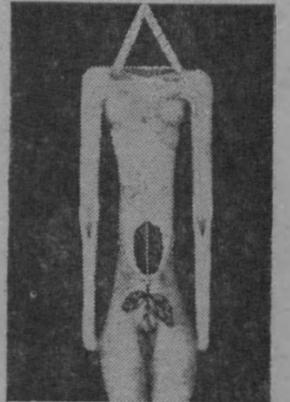
Mariano e Affonso, dois jovens valores que surgem para a arte visual



Manoel Affonso de Mello, estudante de Arquitetura da UFPE e de História na Universidade Católica de Pernambuco, sintetizando uma interpretação do seu trabalho em bico de pena neste quadro, expressa suavidade e coerência de linhas na busca do fato estético que se torna uma permanente ambição em toda sua construção formal.



Neste bico de pena, uma insólita fantasia de um corpo feminino, Mariano Teixeira do Amaral Neto, estudante de História na Universidade Católica de Pernambuco e colaborador efetivo do JORNAL UNIVERSITÁRIO, revela-se como um novo valor no campo da arte visual.



Zezito Guedes nasceu

em 1936, no município de Princesa Isabel, alto Sertão da Paraíba. Lá, passou apenas a infância, indo logo para Arapiraca, em Alagoas, onde se encontra até hoje. Ele é escultor, cuja obra assimila o Nordeste como tema essencial, principalmente o Sertão fantástico e místico onde nasceu e que ainda hoje é o seu mundo. O que Zezito realiza tem suas raízes no meio rural: crendices, folgedos, vôleiros, santeiros, etc., e em tal ambiente ele está perfeitamente à vontade, sendo, assim, um dos mais autênticos representantes da cultura Popular nordestina.

Nordeste motiva obra de escultura



Como escultor, Zezito já

ganhou alguns prêmios significativos: 2.º lugar no Salão dos Novos Artistas do Nordeste, em 1971, 1.º lugar no Festival de Verão de Marechal Deodoro, Alagoas, em 1972, entre outros. O folclorista Mário Souto Maior afirma serem valiosas as Cantigas das Destaladeiras de Fumo de Arapiraca, recolhidas por Zezito Guedes, e que serão publicadas dentro em breve. Trata-se, segundo Souto Maior, de uma mostra que o autor nos pode dar do mundo do folclore.

Desenho: paixão de estudantes



Antonio José Vanderlel Pinto estuda o 1.º ano de Arquitetura na UFPE, mas sua verdadeira paixão é o desenho, pois, sem nunca ter feito curso de Artes Plásticas, desenha desde os 10 anos de idade.

Dedica-se também à pintura, tendo realizado uma exposição na Nega Fulô. Já trabalhou durante dois anos em publicidade, sendo obr-

gado a abandonar o trabalho devido ao fato de o estudo de Arquitetura exigir tempo Integral.

Para os seus desenhos, baseia-se sempre em temas atuais, procurando dar ao humor um sabor de sátira. Reconhece que sofreu influências, entre as quais destaca as de Ziraldo, Jaguar, Henfil e Millôr Fernandes.

Banda de Pífano: família unida



Banda de Pífano, Pife ou Pifaros, também chamada Zabumba e, em Alagoas, Esquentamulher e Quebra-Resguardo. Um canudo de taboca com sete furos, (tocado à semelhança da flauta transversal) é o antigo instrumento de raiz indígena, próprio da nossa América, que o matuto da zona da mata, o homem do agreste e o sertanejo chama pife. Dois pifes, uma caixa-clara, um surdo, pratos e bombo, formam o conjunto caruaruense dos Bianos: gente saída da terra, que acostumou os ouvidos ao baque do zabumba onde se reproduz "a briga da onça com os cachorros, o caboré, a pípoquinha" e outros estalos-e-estra-

los rústicos do Nordeste. Hoje os meninos (e os dois velhos) estão viajados, divulgados, gravados e, apesar de tanta sociedade — como diria Ascenso Ferreira — ainda não perderam o contato das origens. A pancada musical ainda soa como uma queixa-de-porteira, range as rodas dos carros de bois e das cigarras, amassa o barro de Vitalino e de outros artesões. O chapéu de couro a testa — a presença do Pernambuco, bem como as roupas riscadas. Uma curiosidade vale registro: os pífanos são tocados da direita para a esquerda e da esquerda para a direita. Peculiaridade desse grupo que sabe usar bem as duas mãos. (Marcus Accioly)

Arte & Tempo

ÂNGELO MONTEIRO

Estamos no país de Dona Flor. Abaixo toda transcendência, cale-se o dáimon no espírito dos poetas, aniquilem-se as estéticas, e até mesmo se reduza o ser ao não ser. Pois o que vale é Dona Flor. A Inglaterra fala-nos pela boca de Shakspeare; a Itália pela Comédia de Dante; os alemães nos dão Wagner e Beethoven. E nós devemos ainda nos considerar felizes, pois, substituindo as pernas negras e reluzentes do nosso rei, o Pelé — pois este país também conta com as suas monarquias — nos restará para sempre Dona Flor. Ela é mais do que uma dívida celeste. Principalmente para nós que somos todos profanos. Ela é semelhante a uma epidemia que nunca cessou, nem jamais cessará. Pois mais do que vítimas, ela tem adeptos — Adeptos absolutamente convictos que chegam a achar, como a coisa mais maravilhosa e até mesmo a mais verossível, que um dos maridos de Dona Flor consiga ficar nu 24 horas por dia. E o que é mais importante: depois de morto.

Os gregos conheceram o delírio de Platão; nós conhecemos o estupendo delírio de Dona Flor. Delírio ante a morte e, também, post mortem. Os nossos críticos conceberam esse recurso extremo da imaginação tropical, clima de qualquer verossimilhança, como um exemplar magnífico do nosso realismo fantástico que, assim como Dona Flor, se encontra atualmente na moda...

Temos tudo para nos honrar de uma raça que faz do palavrão um mito e da pornochanchada uma suma de beleza. Temos tudo para nos honrar duma raça que dá ao futebol o primado da Arte, e realiza-se inteiramente com a presença divinatória de Dona Flor.

Nietzsche achava os alemães estúpidos,

talvez por não entenderem as derradeiras consequências de sua filosofia; Eça de Queiroz, por outras razões, desancou os portugueses nós, ao contrário de ambos, compreendemos inteiramente Dona Flor. As filas que se fazem para frequentá-la, por um contacto, mesmo fugidio, com ela, acredito que não se esgotarão neste século. As livrarias e bibliotecas poderão se fechar. As galerias e os museus de arte poderão não mais encontrar quem os visite. Os jornais e as revistas pararão talvez de circular. Até mesmo os nossos escribas, para a felicidade de todos, em breve virão a encerrar suas atividades. As nossas artes e as nossas ciências talvez já julguem ter cumprido sua derradeira missão neste planeta.

Pois Dona Flor só agora começa; e promete não terminar mais. É todo um mundo novo que parece esborrar das janelas dos vagões desse inaudito trem da alegria. Eu próprio estarei a pique de também ser levado por essa onda de fascinação. Se ainda estivesse na adolescência, talvez tivesse condições de estar imunizado; mas, como me encontro na casa dos trinta, e sem mais forças de defender a carne do estigma da inteligência nacional, não sei como resistir mais diante de semelhante grandeza. Sinto-me verdadeiramente abaixo da grande arte de Dona Flor. E para não sucumbir de vez, ainda quero descobrir, por entre as névoas do meu tempo, algum Eldorado perdido. Meu primeiro impulso seria o de escolher Pasárgada de Manuel Bandeira. Mas a pena é que a Pasárgada do poeta Manuel não passa também de uma Pérsia travestida. Por incrível que pareça o poema é uma gloriosa antecipaçao de Dona Flor. Como fugir, meu Deus, das delícias de tão concorrido e infestado Paraíso?

Eu quero ir mesmo é para o inferno.



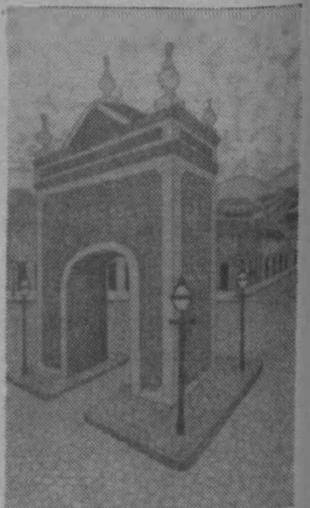
Flagrante da visita do Reitor Paulo Maciel e esposa à exposição Sérgio Bello, sendo recebidos pelo próprio

Sérgio Bello, jovem valor que estréia como pintor

Sérgio Bello, estudante de Comunicação Social, da UFPE, que acaba de realizar sua primeira exposição, em atelier próprio (Rua dr. José Maria, 580, Rosarinho — Recife) já pode figurar entre os jovens criadores pernambucanos, no âmbito do desenho. Sobre o seu trabalho, disse o poeta Marcus Accioly:

"Sérgio Bello tenta levantar estruturas antigas dentro de um mundo de hoje. Ele é o arquiteto de um tempo que ainda sobrevive em nós: casas conjugadas, portões e portais, praças desertas ou um lago qualquer. Tudo acontece em pedra sob um céu de flores.

Evidente que a nossa época é das antílofes ou — como diria Baudelaire — das flores do mal. Por isso é lírica e feliz a possibilidade das rosas onde o olhar humano apenas consegue vislumbrar a engrenagem das estrelas. Porém o homem, para Sérgio Bello, não está senão nas coisas humanizadas. Uma única silhueta ou sombra de pessoa não aparece em seu desenho. Temos a sensação de um deserto cuidado por um povo invisível, como o sentimento de uma ausência. Talvez as personagens se movam por detrás dos espelhos e, além do olhar do artista, existam outros olhos fitando a paisagem calma que, após o dilúvio e incêndio do moderno, ainda resistiu de pé. Ele salva, através de uma força que finda



suavizada, um passado que ainda persiste como presente, diante do futuro. Assim, as pessoas inexistem, porque o barro das construções é mais sólido que o barro humano. Contudo, Sérgio Bello será o primeiro a derrubar sua fortaleza íntima para reconstruí-la no todo, pois é possível que de suas cidades com certo "ar" interiorano, surjam metrópoles distorcidas e, dentro delas, o homem apareça de carne e osso (e não apenas de alma) profundamente vivo e comprometido com o seu tempo.

A beleza de sua primeira fase já antecipa as outras que serão sucessivas e poderão voltar às flores, depois de plantar as máquinas.

LADJANE

Ciência e magia na arte



Afastada das rodas Artísticas em evidência, mas dedicando-se beneditinamente ao seu trabalho, com o paradoxo de ser mais conhecida em Nova York do que em Pernambuco e ter também o seu nome em enciclopedias nacionais e estrangeiras, Ladjane Bandeira é uma das melhores artistas brasileiras do momento.

Como desenhista Ladjane Bandeira mantém a absoluta sobriedade do preto-e-branco (trabalha consciente, metódica e criativamente a superfície Integral do papel elegido), não apenas por condizer melhor com o cunho racionalista de sua mente já bastante científica, mas por considerar apelo desonesto e descaracterizador a utilização da cor no desenho.

Exige dele seriedade total e total profundidade dentro de seus próprios recursos, como desenho, recursos técnicos, criadores, estruturais, formais.

É da unidade consciente desses requisitos que ela arranca uma atmosfera sensível, dinâmica e espacial de suas "Cosmobióticas", suas "Biogálaxias", suas "Pan-espermáticas" e seus "Biomódulos"; desenhos refinados com os quais compõe tripticos cíclicos após trabalhá-los durante meses e até anos, sem pressa e sem compromissos.

Como pintora, não dispensa a harmonia cromática, o equilíbrio da composição, a perfeita situação dos volumes e dos espaços e o interrelacionamento científico desses requisitos essencial à atmosfera sensível e espacial que ela exige para a sua pintura, do mesmo modo como o faz com respeito ao desenho.

Considera tal aportação difícil, mas indispensável à sua nova e amadurecida fase, conseguida com estudos, pesquisas, viagens e reflexões exercidos durante 10 anos, ou quase, em que deixou de mostrar seus trabalhos.

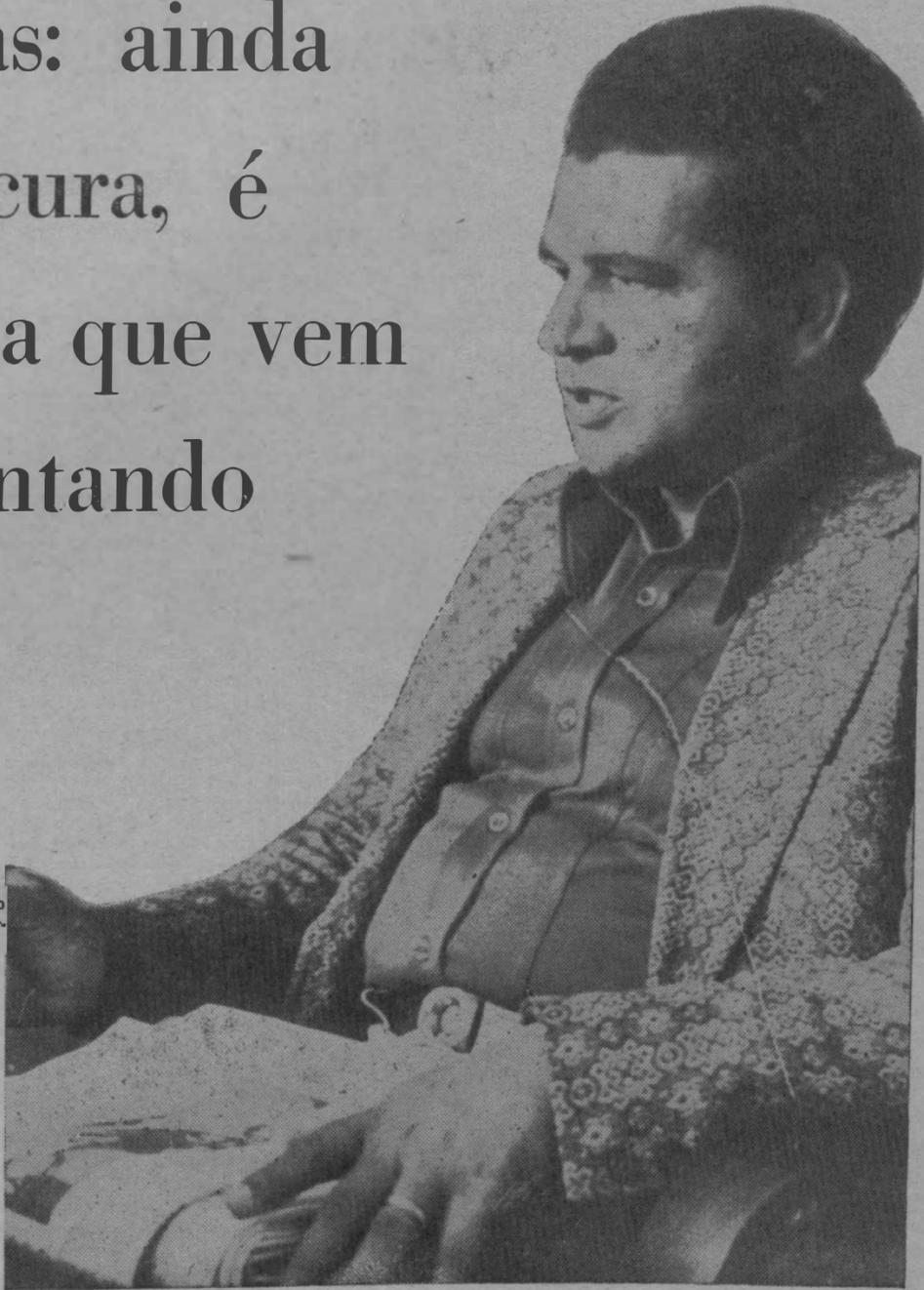
O conjunto da obra que caracteriza esta fase, ela define como "BIOPAISAGEM", isto é, a significação temática da absorção cognoscente da paisagem universal pelo ser humano em transformação física e mental rumo à unidade e à perfeição. Pelo que se deduz ser seu trabalho de tese. Não pode haver confusão entre sua obra e o fantástico, segundo ela, visto ser sua intenção uma realidade objetiva futura cientificamente possível.

A técnica utilizada, tanto no desenho quanto na pintura, foge ao "academicismo moderno", fazendo reincursões pelas soluções espaciais, volumetricamente e cromáticas clássicas. Isto é surpreendente nela que veio de um figurativismo bidimensional folclórico (exposição na "Galeria Internacional" em N. York) seguido de um abstracionismo geométrico (painel na Escola Politécnica do Recife) e de colagens e objetos experimentalistas, Bienal de São Paulo).

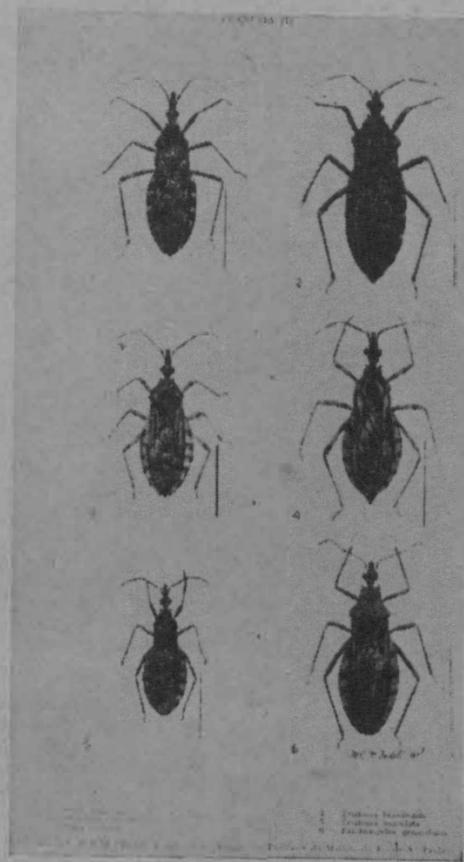
Como crítica de arte, prima pela franqueza e rigor de opinião, visando a construtividade tanto do processo criativo anterior e posterior da obra de arte, quanto da opinião pública frente ao processo e à obra, dentro de suas circunstâncias espaciais e temporais além de sua permanência ou ucronismo.

Quer como desenhista, pintora ou crítica de Artes Ladjane sobrepõe à indiferenciação dos processos primários da mente e do ego a estruturação consciente e diferenciada dos processos secundários organizados. Todavia não assume a posição clássica da opinião sobre o processo criador — que faz parte da psicologia psicanalizadora do ego — aceitando-o como rigorosa e exclusivamente conformado por funções conscientes e pré-conscientes; concede-se maiores liberdades. Acha que qualquer rigorismo cerceia a liberdade de criação e de opinião, coisas que estão em desacordo com todo artista e todo crítico, visto que não podem depender apenas da razão discursiva e lógica.

Chagas: ainda sem cura, é mazela que vem aumentando



O Prof. Asthianax Paulo dos Santos, uma voz a serviço da saúde pública.



O Perigoso "barbeiro"

Devastação das matas contribui

Um aspecto que merece atenção especial, porquanto tem implicações as mais diversas — nos campos da Ecologia, Economia e da Saúde Pública —, é a devastação das matas. Uma vez devastadas as matas (o habitat natural do "barbeiro"), este não tem outra alternativa que não rumar para as áreas urbanas ou periurbanas, e aí sim, não lhe faltam vítimas para as suas evacuações. Conseqüentemente, aumenta a cada dia o número de chagásicos, um dos mais sérios problemas de saúde pública no Brasil.

O "barbeiro" é, portanto, um parasito que muda de hábitos. Daí a facilidade com que vem se tornando de hábito doméstico. Salienta o Prof. Asthianax que, como decorrência do problema da devastação das matas, o "barbeiro" vem infestando consideravelmente a área do Grande Recife, logicamente nos pontos onde se evidenciam mais a carência de saneamento básico, moradias precárias, enfim, onde as populações enfrentam toda sorte de deficiências sócio-econômicas e habitacionais.

Devido à extensão territorial do Brasil, torna-se difícil, senão impossível, a erradicação dessa endemia, principalmente levando-se em consideração a falta de uma droga eficaz para a sua cura. Não é problema para ser resolvido por um, dois ou três governos, tampouco de forma emocional. Deverá ser um trabalho permanente e com disponibilidades de recursos. Atualmente, desenvolve-se uma pesquisa sorológica, a nível nacional, com vistas a um levantamento estatístico da doença.

O ideal, segundo o Prof. Asthianax, é que houvesse um hospital exclusivo, em determinadas áreas geográficas, para estudar a doença de Chagas, dada a importância que ela ocupa no quadro geral das patologias que afetam o povo brasileiro. Sabe-se que um chagásico é um doente caro. Com essa medida, facilitar-se-iam o ensino e a pesquisa, dotando-se esses estabelecimentos de serviços básicos como anestesia, laboratório, anatomia patológica e banco de sangue.

Apesar das medidas oficiais no combate às causas da endemia, calcula-se que existem atualmente mais de dez milhões de vítimas da doença de Chagas, no Brasil. Há poucos anos, o índice era inferior a nove mil, o que significa obviamente, um aumento de chagásicos, com sérias repercussões no campo da saúde pública, inclusive na economia do País — já que o portador da doença se torna inabilitado ao trabalho, justamente na fase da maior produtividade, que é de 30 a 40 anos de idade.

E o que é pior: até o momento a medicina não descobriu a cura definitiva da doença de Chagas — as drogas que existem por aí são mero paliativo, sem qualquer eficácia para extirpar o mal. Para complicar mais ainda o problema, o "barbeiro" ou "potó", como é conhecido, comumente, o agente-transmissor, com a crescente devastação das matas, procura as áreas periurbanas, tornando-se de hábito domiciliar. Isto significa encontrar com facilidade maior número de vítimas.

MOTIVO DE TESE

Estas, dentre outras, são constatações feitas pelo Professor Asthianax Paulo dos Santos, na sua tese "O Hemibloqueio Anterior Esquerdo e o Adelgaçamento da Parede Ventricular na Miocardiopatia Cha-

gásica Crônica — contribuição ao estudo clínico, radiológico, eletrocardiográfico e anátomo-patológico", defendida para obtenção do título de Livre Docente da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco.

O Prof. Asthianax estuda há mais de vinte anos o assunto, e sua tese foi considerada pela Banca Examinadora, como o estudo mais completo sobre o assunto, no Brasil.

A Banca foi composta dos professores Fulvio Pilligli, da Universidade de São Paulo; Nelson Botelho Reis, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Paulo Blencourt, também da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Paulo Borba e Granville Costa, da Universidade Federal de Pernambuco.

NOVIDADE

A principal novidade apresentada pelo Prof. Asthianax foi a seguinte: "Um indivíduo com menos de 40 anos de idade que apresenta: 1 — dados epidemiológicos (procedência de zona endêmica, reação da Guerreiro e Machado positiva); 2 — apresenta manifestações cardiovasculares sem lesão valvular; 3 — o eletrocardiograma apresenta um padrão de M bloqueio anterior esquerdo isolado ou associado com um bloqueio di-

reito do ramo direito; 4 — níveis de pressão venosa acima de 30 cm de água; 5 — velocidade circulatória dos tempos braço-língua e braço-pulmão com tempo retardado; 6 — índice cardiotorácico aumentado entre 0,71 e 0,90; 7 — todos esses dados permitem o diagnóstico da doença de Chagas com grave comprometimento cardíaco, sugerindo a presença de destruição da ponta do coração e a presença de adelgaçamento da parede, formação aneurismática e denunciando a possibilidade do acometimento de fenômenos tromboembólicos para o pulmão".

SINTOMAS

O "barbeiro", de hábitos notívagos, tem preferência pela face da pessoa. A contaminação dá-se pelo processo da defecação. Suas vítimas, depois de algum tempo, começam a crescer o coração, que passa a ser chamado, com o progresso da doença, de coração bovino. Tanto é que, descrevendo as lesões macroscópicas da cardiopatia crônica, o Prof. Romana assinala que o coração está sempre aumentando de volume, por causa da dilatação das cavidades e de uma relação hipertrofia ventricular. Enfatiza, também, que o coração pesa, geralmente, entre 400 e 500g e que os vasos coronarianos fazem relevo sobre a superfície dos ventrículos. Suas

vítimas têm idade média de 35 anos.

A doença de Chagas constitui um problema clínico e de saúde pública, em vários países da América Latina. No Brasil, atinge uma população superior a dez milhões de habitantes, sendo causa frequente de invalidez e morte em adultos jovens. Sua alta frequência assume caráter de endemia e a sua distribuição em Pernambuco alcança prevalência no Sertão e na Zona da Mata.

Observa o Professor Asthianax que, a cardiopatia chagásica é uma variedade de miocardiopatia inflamatória crônica, cuja forma e aspectos vários têm merecido a atenção dos mais conceituados pesquisadores nacionais. "A sua marcha inexorável e a impossibilidade de cura terapêutica atraíram a nossa atenção desde os tempos de acadêmico de Medicina, interessando-nos vivamente" — revela.

O estudo do Prof. Asthianax enfatiza, principalmente, três aspectos básicos da doença, os quais têm merecido o interesse mais profundo dos investigadores de grande parte do mundo: 1 — a importância das Placas Fibrosas espalhadas pela musculatura cardíaca; 2 — a presença de Adelgaçamento de várias regiões nas paredes ventriculares livres; 3 — a ocorrência de Aneurisma Ventricular e suas diferentes conceituações.



MUSICOTERAPIA

Ilma Lira, coordenadora do Conjunto Instrumental de Câmara do Departamento de Extensão Cultural, da Universidade Federal de Pernambuco, é considerada uma palavra abalizada em matéria de Musicoterapia no Recife, com curso de especialização feito no Rio de Janeiro.

Dedica-se há muito tempo ao estudo e à execução musical, tendo se graduado pela Escola de Artes (Música) da UFPE. Além de coordenadora do Conjunto Instrumental de Câmara do DEC, Ilma Lira desenvolve ampla atividade: integra a Escolinha de Arte do Recife, a equipe técnica do Departamento de Cultura da Secretaria Estadual de Educação e Cultura de Pernambuco e compõe o corpo docente do Departamento de Artes e Comunicação da UFPE.

SOBRE MUSICOTERAPIA, ELA ESCREVEU O SEGUINTE, PARA O JU:

Constituindo-se numa especialidade paramédica, a Musicoterapia é definida pelo Dr. Rolando Benenson como "especialização científica que se ocupa do estudo e investigação do complexo som ser humano, seja o som musical ou não, tendendo a buscar os métodos diagnósticos e os efeitos terapêuticos dos mesmos".

Desde épocas remotas, são inúmeras as referências encontradas sobre a utilização da música no tratamento das doenças. Através dos séculos, os efeitos fisiológicos e psicológicos da música sobre o homem têm sido discutidos por filósofos, médicos, educadores e musicistas. Mas, só a partir dos últimos 50 anos, pesquisas têm sido efetuadas, no sentido de explorar cientificamente a função terapêutica da música.

O homem como ser gregário, tem sido impulsionado a manter relações interpessoais cada vez mais estreitas. No momento em que sofre qualquer perturbação de ordem mental ou emocional, suas relações com os demais ficam prejudicadas. Do mesmo modo, a deficiência mental ou física, congênita ou provocada por alguma doença ou acidente no decorrer da sua vida, vem prejudicar o seu relacionamento, a sua adaptação social. O doente mental isola-se, rompendo suas relações com o meio em que vive, enquanto o deficiente físico ou mental, apresenta uma série de transtornos de conduta, em maior ou menor grau decorrentes também de perturbações de ordem emocional.

As práticas e investigações em Musicoterapia têm evidenciado como a música ajuda a estabelecer ou restabelecer as relações interpessoais desejáveis.

A música exerce poderosa influência no comportamento. Constituindo-se numa linguagem não-verbal, torna-se um meio de comunicação e auto-expressão, atingindo não só um plano de expressão emocional, como também o plano de expressão motora, através do ritmo, que é o elemento impulsor e organizador do movimento.

O ritmo é o elemento que está presente no organismo humano, na própria atividade fisiológica, na respiração, circulação, no andar e em todas as atividades humanas, constituindo-se numa imensa força propulsora e organizadora do movimento. Como prova disso, temos observado que o homem, em todas as épocas e lugares, tem criado as suas canções de trabalho, com que acompanha as tarefas físicas e pesadas, aliviando a sua fadiga.

A Musicoterapia, converte-se assim num poderoso recurso terapêutico, coadjuvante de outras terapias e, às vezes, constituindo-se mesmo, na primeira indicação terapêutica, como em casos de autismo, esquizofrenia crônica, catatonia, personalidades muito deterioradas. Nestes casos, a Musicoterapia é indicada como primeiro passo para abrir canais de comunicação, permitindo, posteriormente, a introdução de outras formas de terapia e facilitando a integração no grupo.

As formas de aplicação da Musicoterapia são muito complexas, podendo-se utilizar vários elementos, desde a música propriamente dita, estruturada, ou simplesmente algum dos seus elementos constitutivos, o som ou o ritmo, objetos sonoros e instrumentos percussivos e melódicos, expressão corporal e vocal, que poderá atuar no indivíduo, num plano perceptivo, sensitivo, expressivo, comunicativo e criativo. É assim, aplicada a problemas físicos, psíquicos, sensoriais, emocionais e sociais.

O tratamento musicoterápico poderá ser ainda individual ou em grupo, o que é decidido por toda a equipe terapêutica, levando em consideração a problemática do paciente, as suas necessidades e prioridades terapêuticas.

Entendida pela maioria das pessoas como uma forma de aliviar a tensão emocional, de induzir ao relax, a Musicoterapia, além disso, leva o indivíduo à descoberta de novos meios de comunicação, à aquisição de seu equilíbrio interior, auto-confiança e aceitação de suas possibilidades e limites, para que possa se reintegrar na comunidade, meta final de toda terapia.



Ilma Lira, uma estudiosa da música de Câmara

O CONCEITO DE RESPONSABILIDADE

DIOCLECIO FERREIRA DA LUZ
(Escola de Engenharia)

O homem, temos de reconhecer, ainda é imaturo. Em nossos dias ele se gaba de possuir RESPONSABILIDADE para com o emprego, família, clube, igreja-Deus, etc. No entanto, a maior responsabilidade é esquecida: a responsabilidade para consigo próprio. Não é, portanto, uma questão de se ser responsável no sentido vulgarmente conhecido, cuja premissa é a garantia do que se comer amanhã. Não. Esta responsabilidade a que me refiro denomino-a "afirmação autopsíquica". Ou seja, algo equivalente ao "conhece-te a ti mesmo", dos antigos filósofos gregos. Pois mesmo com todos os seus conhecimentos a respeito da matéria, ele ignora o que se prende às questões mais importantes e fundamentais da existência humana: o que é o homem, como é que deve viver e como as tremendas energias que há dentro dele podem ser liberadas produtivamente" (1). Estes homens, portanto, que mais se intitulam responsáveis, na verdade enganam-se entre eles. São, isto sim, responsáveis em suas falcatruas; perante sua família; diante de seus deuses; no meio da sociedade em que vivem. Uns irresponsáveis, contudo, em relação, cada um, a si próprio. Mas alguém poderia indagar: "Ora, como será possível a uma pessoa ser responsável para com todos e ser, ao mesmo tempo, irresponsável para consigo?" A resposta é simples: É muito mais fácil a um indivíduo — devido à sua formação — assumir a 1.ª situação do que a segunda. — Devido a todo conhecimento "acumulado o homem tem muito mais

facilidade em assumir responsabilidades sociais do que autopsíquicas; sendo que este conhecimento acumulado (recepção e mistura) refere-se à sua formação — um somatório de ideologias que lhe foram gradativamente administradas até tornar-se o que é hoje: UM HOMEM RESPONSÁVEL.

Mas — poderão arguir — será que não é melhor para a sociedade um homem como este (responsável), do que aquele que só vive entregue a elocubrações psíquico-filosóficas? Não. Nenhum dos dois me parece benéfico à sociedade — entre cultivar o verme ou o parasita imolo os dois: a opção é ridícula — a sociedade sadia não se ressentirá da falta de ambos. Os extremos serão admitidos, porém não cultuados.

Como já podemos notar, tudo é uma questão de formação.

Grassamos um momento histórico caracterizado pela abstenção da família em termos de doutrinação humanística. O homem de hoje é joguete de vários aglomerados sociais, onde cada qual está a pregar sua ideologia de direitos e deveres — de responsabilidade. Além da família, existe o Estado, a Igreja, sociedades... Todos com suas doutrinações coercitivas que impelem o homem ao TODO, à massa, à adaptação ("... porque todos são iguais..."). A família, além de tudo — por abstenção ou desconhecimento — participa infelizmente como

moça primeva na doutrinação visando a "todos são iguais"; é ela quem primeiro cultua a RESPONSABILIDADE SOCIAL como meio de sobrevivência (a luta pelo dinheiro, em outros termos); doutrina a mulher para o casamento e o homem para que lute para os manter. A Igreja, prega a fé num ente irracional a partir da busca da irracionalidade por parte de seus fiéis (pois a fé é um absurdo, como diz Kierkegard (2); O Estado, o amor, a pátria e a seus governantes; A sociedade, a todas as mentiras juntas.

O homem de hoje, aparentemente velho em termos antropológicos, ainda se encontra em uma adolescência histórica em critérios de consciência. Hoje ainda se cultua — aquele indivíduo de que já falamos tanto — O RESPONSÁVEL, o homem de ação. O sujeito que trabalha 40 horas por semana; que só projeta para fins de semana; que paga em dia suas infinitas mensalidades (casa, luz, água, telefone, carro, geladeira, clube, igreja, INPS, promessa, ...) — um eterno devedor que luta todo ano pra ter um carro novo; que gosta de receber os amigos nos fins-de-semana para bate-papos informais; que é tradicional; que anda sempre elegante em qualquer ocasião. É este mesmo homem — cultuado em nossa época — que destrói a Natureza, que só vive em luta com o próprio homem, que mente sempre; que degrada a sua existência e de todos que o cercam. O problema há muito deixou de ser uma luta pela sobrevivência para tornar-se uma luta pela manutenção ou eleva-

ção do "status" — prazeres que o ocupem. A propósito, como diz Nietzsche: "Aos homens de ação falta geralmente a atividade superior, isto é, INDIVIDUAL. Agem a título de funcionários, de comerciantes, de eruditos, mas nunca a título de homens determinados, isolados e ÚNICOS; sob este aspecto, são preguiçosos. — O mal dos homens de ação está em que a sua atividade é sempre um pouco irracional. (...) rolam como rola a pedra, segundo as rígidas leis da mecânica". (3).

O homem, como já frisei, sente então muito mais facilidade e prazer em tornar-se um responsável perante a sociedade do que a si mesmo. Isto devido à sua formação e ao meio em que vive — um só tronco; resultando daí indivíduos capacitados à obediência pois, "aquele que não consegue mandar em si mesmo deve obedecer" (4). Já que há, portanto, uma formação no sentido de elevação social (falsamente batizada de luta pela sobrevivência), este ideal digere o indivíduo, massifica-o, fazendo com que a angústia o tome sempre que, por um momento, esquecer seu ideal (apenas um vácuo em seu tempo pode provocar isso) — quando buscar-se e não se achar. Não consegue mais mandar em si, obedece a patrões, chefes, leis, deuses, governantes, etc. Acreditará sempre em algo superior a quem deva obediência.

Este é o retrato do homem de nossa época: O HOMEM RESPONSÁVEL.

Arbitragem, setor sempre desprestigiado



Ser juiz de futebol no Brasil, particularmente no Nordeste, significa deparar-se com uma série de dificuldades, sendo a primeira delas, o fato de não ser regulamentada como profissão essa atividade.

Da falta de regulamentação emanam outros itens que influem diretamente no desempenho do juiz de futebol. Ora, sem a estabilidade financeira, a atividade de mediador de futebol não passa, nessas circunstâncias, de um robb, muito mais uma diversão do que propriamente uma tarefa profissional.

Se noutros centros mais desenvolvidos, como o Rio de Janeiro e São Paulo, as coisas não andam tão amargas, pelo menos os árbitros considerados "vetetes", lá contam com relativo apoio financeiro, quando são chamados a intervir, em Pernambuco, entretanto, o setor de arbitragem continua sendo o "calcanhar de Aquiles".

Várias tentativas foram feitas com vistas a conferir organização a esse setor; até departamento autônomo inventaram, mas tudo em vão. O departamento autônomo — e aqui diríamos autônomo entre aspas — foi extinto no final do ano passado. Serviu para desconfiar e briguinhas de bastidores. Uma coisa é certa: os maiores prejudicados foram os árbitros de futebol.

Não teve até agora a Federação Pernambucana de Futebol luzes para conferir certa estabilidade ao setor de arbitragem. E o motivo é este: quando termina o campeonato, entra ano e passa ano, a cantiga é a mesma, esse setor é relegado ao esquecimento, a plano secundário, reina a bagunça, não por parte dos juizes, é claro, mas sim por omissão dos dirigentes da FPF e dos principais clubes da Capital pernambucana.

Aliás, o descaso com que é tratado esse importante setor do futebol profissional é bem um retrato do que

são os bastidores, quer da FPF, quer das principais agremiações sócio-desportivas do Recife. Perduram as "guerrinhas", as "intriguinhas", os disse e não disse e, no final de tudo, solução que é bom, não se tem, consequentemente continuam os mesmos problemas de todos os anos, num verdadeiro desafio ao bom senso, à capacidade de administrar as coisas do nosso futebol.

Por que não se promover um movimento de âmbito nacional com o objetivo de regulamentar a atividade de mediador de futebol como mais uma categoria profissional? E já são muitos os juizes que impõem uma postura de verdadeiros profissionais, às duras penas, obviamente. Tanto mais se acentua tal necessidade, quanto se afirma o futebol profissional como o mais festejado, o mais frequentado e o mais "badalado" dentre os desportos. Ao juiz o seu lugar ao sol, sem nenhum favor, para o engrandecimento do nosso futebol.

Testando para o Mundial de 78

Quando Oswaldo Brandão pediu demissão do cargo de preparador técnico da seleção brasileira de futebol, milhões de brasileiros — excluindo os de São Paulo — acreditaram que fora colocado de lado o único obstáculo a impedir a ascensão técnica do time. Afinal Brandão era constantemente responsabilizado por, no mínimo, um resultado desastroso: o empate com a França, patética seleção colombiana, lá em Bogotá. E, já demissionário, o treinador viu a seleção cumprir o seu segundo compromisso com os colombianos, já agora em pleno Maracanã, derrotando-os pelo esmagador escore de 6 x 0. E, desta vez, dirigida pelo professor Cláudio Coutinho — um jovem no qual muitos debatem uma decantada falta de experiência internacional.

Então, era Brandão o responsável pelo fracasso do time

em Bogotá? Aparentemente, sim. Mas só aparentemente. Pois, na realidade, o maior mérito de Coutinho consiste em ter convocado alguns jogadores que, de forma alguma, mereciam estar de fora. Como o zagueiro Carlos Alberto, do Fluminense carioca, um dos expoentes do tri-campeonato em 1970, e o ponta Paulo César, também do Fluminense mas agora no Botafogo, que o almirante Heleno Nunes, no tempo de Brandão garantia que jamais entraria na seleção — pelo menos enquanto ele fosse presidente da CBD.

O primeiro jogo contra o Paraguai, em Assunção, não passou de uma mostra negativa do atual estágio do futebol brasileiro. E, ao mesmo tempo, de uma prova incontestável de que o muito bem intencionado Cláudio Coutinho ainda não é a solução.

Mesmo jogando de forma medíocre, o Brasil teve a sorte de ver o paraguaio Insfran marcar, contra suas próprias redes, o gol que daria ao time de Coutinho uma imerecida vitória. Que, por incrível que pareça, não saiu dentro do estádio do Maracanã, pois os paraguaios, jogando com seriedade e garra — atributos que faltaram enormemente aos brasileiros — conseguiram empatar um jogo aparentemente perdido.

E voltaram a ser observados os mesmos defeitos detectados no tempo de Brandão: estrelismo em excesso, absoluta falta de sentido de conjunto, irresponsabilidade tática. Mesmo assim, o time obteve a desejada classificação — o que era amplamente esperado, mesmo porque não teria sentido ser desclassificado por equipes tão frágeis.

Em julho, a seleção — ninguém sabe se com o mesmo ou um novo técnico — jogará outro torneio classificatório com os vencedores das duas outras chaves sul-americanas. E não descansará, pois terá de saldar importantes compromissos amistosos com fortíssimas seleções europeias — entre as quais, Polónia, Inglaterra, Alemanha Federal, Tchecoslováquia e Iugoslávia —, quando, enfim, serão verdadeiramente testadas as reais possibilidades do selecionado.

Todos os nossos jogadores sabem que a responsabilidade é enorme. Somente será tolerável o mínimo de erros, caso contrário, o futebol brasileiro, composto por jogadores que, individualmente, são maravilhosos, não passará — no Mundial da Argentina — das oitavas de finais.

Novo campeonato, e a monotonia ainda perdura

Começou mais um Campeonato Estadual de Futebol, e os mesmos erros, omissões e vícios, de anos atrás, vieram à tona, para desalento do torcedor mais exigente, lúcido, que enxerga dois palmos à frente. Nenhum sentido de planejamento. Torcedor, este, coitado, nem é lembrado, continua por não merecer a mínima atenção dos dirigentes de clubes, principalmente da FPF.

Para não dizer que inexistente novidade, aí está o Esporte Clube Caruaru, força viva do grande mas sempre relegado potencial que o Interior de Pernambuco está a oferecer em matéria de desportos. Há quem diga tratar-se de milagre. Não chega a tanto. Mas uma coisa ninguém nega: entrou na "marra", suando e mostrando dentro de campo valor, garra e organização.

Essa estória da FPF de que faltam condições, opoio das autoridades municipais, para que sejam admitidos mais clubes do Interior no Campeonato Profissional de Futebol (1.ª divisão), é papo furado. Não só Caruaru, outras praças têm amplas condições, inclusive estádios à altura de receber os times considerados grandes — Náutico, Santa Cruz e Sport.

Petrolina, por exemplo, possui um moderno estádio.

Não só isso: tem time para igualar-se aos intermediários — América, Ferroviário, Central — do nosso futebol. Uma prova disso, são os resultados dos jogos entre a representação daquela cidade e os grandes do Recife. Recentemente, o Sport Clube do Recife suou 90 minutos para garantir um placar de 2 a 0 em Petrolina.

Lembraríamos outras praças — Garanhuns, Pesqueira — que continuam esperando que a FPF abra os olhos e veja que é chegada a hora de interiorizar o nosso futebol. Medida que se nos apresenta imprescindível para salvaguardar o próprio Campeonato, que, entra ano, sai ano, e nada de novo oferece.

Outros Estados da Região — Bahia, Ceará, Alagoas — bem que poderiam servir de exemplo à Federação Pernambucana de Futebol. Embora não sejam considerados líderes nem coisa que o valha, estão muitos anos na frente de Pernambuco. Pelo menos o futebol lá compreende um conagração de Capital e Interior. Para fortalecimento e maior entusiasmo dos seus campeonatos. Mas Pernambuco, não obstante ser badalado como "o todo poderoso, o líder, etc., etc.", continua dormindo no ponto, está realmente por trás, quanto a interiorizar o futebol profissional.

Esperar que os prefeitos dessas cidades construam estádios monumentais, iguais aos Maracanãs, etc., é conversa prá boi dormir, é preguiça, desculpa amarela e, por que não dizer, incapacidade dos dirigentes da FPF, que não se dão ao luxo de abrir debate, arrolar opiniões, reunir forças e, afinal, aceitar o que Pernambuco inteiro reclama: a interiorização definitiva do futebol profissional.



Alarde sem sentido

O fato de *Dona Flor e Seus Dois Maridos* estar batendo todos os recordes nacionais de bilheteria deve ser muito justo. Mesmo porque ninguém pode garantir que o público seja tão estúpido a ponto de prestigiar um filme destituído de valor. Ao mesmo tempo, o sucesso de *Dona Flor e Seus Dois Maridos* deve ser oportuno — não só para o autor do filme, o jovem Bruno Barreto, como também para o próprio cinema brasileiro.

Agora, porém, eu penso naqueles que, inebriados, viram o filme de Barreto, mas consideraram uma perda de tempo ver um filme como *Sedução*, de Fauzi Mansur, uma das mais apuradas, divertidas comédias realizadas pelo nosso cinema. A melhor coisa de *Dona Flor e Seus Dois Maridos*, o ator Mauro Mendonça, não é capaz de redimir completamente o filme de Barreto. Redimir? Sim, pois *Dona Flor e Seus Dois Maridos* peca por estar preso a um certo esquematismo nunca peculiar à sua matriz — a novela homônima de Jorge Amado.

De um modo geral, porém, o filme chega a ser bom. A reconstituição de época é excelente. Os atores, excetuando Sonia Braga, são uma virtude a mais a ser creditada ao trabalho de Barreto — principalmente o antológico desempenho de Mendonça.

Mas é estranho: por que tanto alarde em torno de *Dona Flor e Seus Dois Maridos*, Xica da Silva e quejandos, e tanta desatenção com filmes incompa-

ravelmente melhores — como *O Rei da Noite*, *Lição de Amor*, *Perdida*? O povo deve ter suas razões — e o povo, como Freud, explica.

Promovendo a violência

Taxi Driver, de Martin Scorsese, não faz nenhuma reflexão sobre a violência. Desconfio que, se fizesse, seria para justificá-la. Alguém está lembrado das cenas finais? O motorista, consciente promotor da matança, é promovido a figura de proa na sociedade em que vive. Pois bem. O filme, realizado com aquela eficiência técnica de que o cinema americano é comprovadamente capaz, não passa, porém, de uma fria demonstração de apetites humanos que, à falta de uma pior consequência, causa, no mínimo, uma brutal indigestão. E *Taxi Driver*, considerado o melhor filme de 1975 pela Academia de Hollywood, ganhou um imerecido Oscar. Numa prova evidente de que arrebatar um Oscar, nos dias de hoje, não significa lá muita coisa.

Decididamente, o cinema americano retorna ao tempo das cavernas. Nunca se viu tamanha quantidade de hemoglobina numa tela para explicar, de maneira quase sempre espúria, que a violência das grandes cidades americanas — Nova York, à frente — é um dado inteiramente novo e, às vezes, até salutar.

O ex-crítico de teatro Paulo Francis disse, há pouco tempo, que esses cineastas só não são fascis-

tas porque beiram o analfabetismo. É fácil entender: para raciocinar em torno da violência, ou seja, para deixar claro que a matança indiscriminada de pessoas é uma maneira eficaz de reduzir à metade alguns dos piores males que assolam o planeta, como o da superpopulação, por exemplo, o indivíduo deve estar investido de um know-how intelectual que nem sempre tais apologistas da violência possuem.

Martin Scorsese segue as pegadas do Sam Peckinpah de inúmeros filmes, do John Schlesinger de *A Maratona da Morte* e de outros menos cotados. Peckinpah, por exemplo, não tem mais nada a fazer em matéria de requintes de brutalidade. Enquanto realizava *Entreguem-me a Cabeça de Alfredo Garcia*, um filme que, em alguns momentos, parece reviver o grande Peckinpah, ia se arrependendo da linda passagem em que a mexicana Isela Vega chora debaixo do chuveiro, com as lágrimas se misturando à água que cai sobre o seu rosto agoniado. Penso que sim, pois o final é simplesmente grotesco: aquela matança somente comparável à de *Meu Ódio Será Sua Herança* seria, no mínimo, desnecessária.

Por outro lado, Schlesinger, que já havia ensaiado alguns passos de violência com o seu insequente *O Dia dos Gafanhotos*, transforma *A Maratona da Morte* numa fita absolutamente indecisa entre o trilhar de bom gosto e o filme de conteúdo pretensamente político. E, de quebra, tome violência. Mas a presença de Laurence Olivier é tão boa que o espectador inteligente sai recompensado. Outra coisa, não, mas elenco Schlesinger sabe escolher.

JOSÉ CARLOS TARGINO

Destiando Dolores Duran

Dolores Duran é um dos mais eloquentes e perduráveis mitos do cancioneiro popular brasileiro. Personalidade tão emocionante não poderia deixar de ter um tratamento à altura de sua real importância. Só assim a Globo corrigiria algumas abordagens inadequadas dadas a figuras do mesmo porte, como Noel Rosa, no seu *Brasil Especial*.

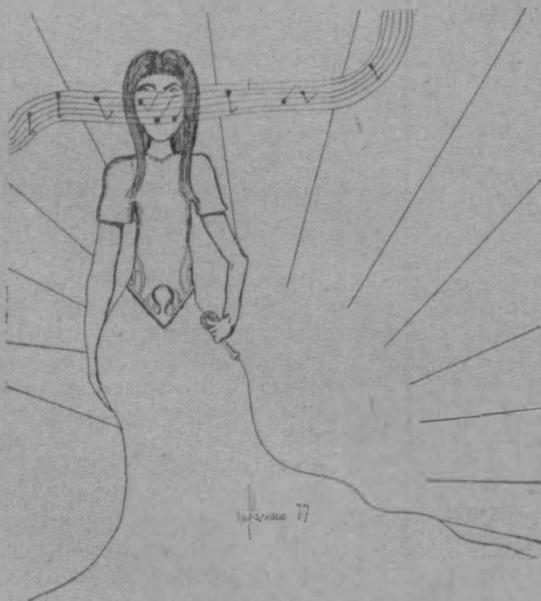
O método foi o mesmo de sempre. No caso de Dolores Duran, amigos, ex-marido, mãe e filha da compositora foram entrevistados, ao mesmo tempo em que se procedia a um candente desfiar de algumas das mais prestigiadas canções de sua autoria.

As pessoas entrevistadas foram unânimes em afirmar que Dolores Duran sentia um grande amor pela vida, o que invalida a impressão de que ela teria se suicidado. Se ela compunha canções tristes é porque a vida não é nada alegre.

Cantando, Dolores Duran aparece uma única vez. Trata-se de uma sequência da chanchada *Rico Ri à Toa*, da Atlântida, onde interpreta uma música de tom nordestino composta por Chico Anísio e David Nasser. Tom Jobim, com uma cara que deixa transparecer certa sonolência e aquela voz horrível que Deus lhe deu, canta, tocando muito bem num piano, uma das músicas que ele e Dolores compuseram. Mas a melhor das interpretações é dada justamente por Roberto Carlos, o ex-rei do iê-iê-iê, que apresenta uma certa qualidade dramática ao cantar a linda *Ternura Antiga*.

Excelente, sem dúvida alguma, este *Brasil Especial* da Globo focalizando Dolores Duran. Aliás, o *Brasil Especial* é uma das melhores coisas que a emissora tem levado ao ar ultimamente.

Televisão



Folclore

ANGELA DELOUCHE

Folclore piauiense tem lendas fantásticas

Muitas lendas fazem parte do folclore do Piauí. Relatam aparições que assombraram as crianças de antigamente e os crédulos pescadores das águas sombrias das noites de escuro. Conhecidas por todos, são transmitidas oralmente, com variantes nos detalhes mas guardando o mesmo fundo original.

Pintores e talhadores de talento têm se inspirado nessas lendas, como é o caso de Afrânio Castelo com seus belíssimos murais. Merece especial destaque a decoração da igreja de Fátima, mais conhecida como a igreja da Vermelha (nome do bairro) aí temos esculturas e talhas de dois outros artistas: Dezinho e Expedito.

O "CABEÇA DE CUIA"

Das mais conhecidas é a lenda do Cabeça de Cuiá, que é tida como surgida no logarejo Poti Velho, aldeia meio abandonada, cujas casas esboroadas pelo tempo atestam um desenvolvimento passado. Havia aí uma família cujo arrimo era um rapaz pescador, (alguns dizem Martim Pescador).

Certa vez volta da pescaria impressionado e macabuzio, atirou a um canto o seu arpão, a tarrafa, os anzóis e uma cambada de curimatás.

Como chegara na hora do jantar, sentou-se na esteira e começou a comer. A refeição era de carne de vaca. O pescador pegou um osso de medula, chamado o corredor. Diz-se "bater o corredor para tirar o tutano". O rapaz olhou para um lado e para outro procurando um lugar apropriado para bater o osso e o fez na cabeça da mãe dele, que enfurecida, foi para o meio do terreiro e amaldiçoou o filho e rogou-lhe pragas. Era, precisamente, a hora em que o sino da igreja repicava.

Dizem que o remorso se apoderou do rapaz que correu para a foz do rio Poti e aí se lançou, desaparecendo nas águas. Desde então, uma enorme cabeleira de lodo, assentada sobre uma cabeça de cuiá, aparece nas grandes cheias dos rios Poti e Parnaíba (que cortam a cidade de Terezina). A assombração dá preferência às noites das sextas-feiras. Só se quebrará o encanto, afirmam,

depois que ele tiver comido sete Marias virgens.

As amas acalentadeiras de crianças fazem-lhes medo com a ameaça da aparição do Cabeça de Cuiá que é uma espécie de Matintaparê, do Pará e Amazonas, porém, mais valente, mais traíçoeiro e mais terrível. A muitos velhos ouvi contar a estória com visos de verdade, dizendo-me alguns já tê-lo visto, muitas vezes, que já se acha muito velho e descontente por não ter filado nenhuma Maria. Muitas crianças e homens o temem. Os pescadores quando o avistam ao longe dão marcha a ré, pois além de afugentar os peixes pode virar o barco e afogar quem nele estiver.

*) Esta versão do Cabeça de Cuiá é de Leônidas e Sá, publicada na revista Litericultura, de 30 de Janeiro de 1913, pertencente ao Dr. José Olímpio de Mello possuidor de valiosíssima biblioteca de obras raras. Vale ressaltar que resumimos um pouco o texto do sr. Leônidas e Sá que constata uma versão de Valle Cabral, publicada em fins do século XIX.



A Cabeça de Cuiá (artesanato popular)



Os Cabeças Vermelhas

A lenda dos cabeças Vermelhas surgiu em Oeiras, a histórica cidade colonial, antiga capital do Piauí. Segundo Leônidas e Sá, havia, antigamente, naquela cidade, um certo Capitão que pertencia a uma Loja maçônica, por isso o povo dizia ter ele pacto com o diabo.

Morto o homem vieram "dar sentinela ao seu corpo" ou seja, passar a noite na casa do defunto no meio de rezas, vozerio, aguardente e estórias.

Pelas três da madrugada, quando todos já se encontravam tontos de sono, entraram na sala quatro desconhecidos de blusa azul e gorro vermelho e pediram licença para dar sentinela até ao raiar do dia. Nessa ocasião, quando os demais acordaram, qual não foi o espanto!

o defunto e as sentinelas haviam desaparecido.

Dizem que os Cabeças Vermelhas levaram o corpo do maçom para as profundas do inferno. Não faltou quem visse os quatro diabos transportando uma rede onde estava o finado.

Há, ainda na velha cap., Oeiras, uma variante dessa estória: em vez do maçom o defunto é um conhecido tocador de viola de quem se dizia ter pacto com o diabo. Ao ser transportado numa rede para ser enterrado, foi tomado, na estrada por dois sujeitos de carapuça encarnada. Os dois lutaram com 12 acompanhantes e levaram o corpo do finado, não obstante vir coberto de santos.

A Lenda da "Não se Pode"

O nosso folclore é muito pitoresco e variado, em qualquer parte do Estado, no campo ou na cidade, vive muito saudável na alma de nossa gente, em prosa, verso ou canção, — diz o Prof. Joaquim Ribeiro Magalhães, e prossegue:

"Teresina possui muito dessa maravilhosa e ingênua criação popular, impregnada de um misticismo salutar de cuja moral parte um grito de alerta aos incautos para que não duvidem "de que as coisas há". O "Cabeça de Cuiá", "A Porca do Dente de Ouro" e a "Não se Pode", são as maiores fontes inspiradoras. Desta última conta-se que, certa jovem sempre percorria nas horas caladas da noite, as ruas de Teresina, de preferência do Alto da Moderação à Praça Saraiva. Muito alta, sempre caminhando a passos lentos, ninguém conseguia acompanhá-la. Muitos foram aqueles a quem hoje chamariamos de "paqueras", que, inutilmente tentaram interceptá-la, pois sempre desaparecia como que por encanto.

Certa vez, já noite alta, um boêmio que tantas vezes tentara conquistá-la, conseguiu

que parasse na praça Saraiva e pondo o braço na cintura daquela enorme mulher, pediu-lhe beijos, perguntou seu nome, onde morava e outras coisas. Ela só respondia estas palavras: "não se pode". O contumaz conquistador deu-lhe um cigarro que ela logo levou aos lábios. O seu corpo já agigantado começou a crescer mais ainda até chegar a altura do poste em cujo lampião de gas tocou o cigarro. Após soltar uma longa baforada, sua boca transformou-se em um enorme bico que veio roçar o rosto do rapaz. Com voz rouca e desafinada, falou: "me dá um beijo". O moço, apavorado, disparou a correr, mas a mulher estava sempre a seu lado, soprando em suas faces um bafo de

mau ador. O canto de um galo cortou o silêncio da noite. "Foi tua salvação" — disse a estranha figura, desaparecendo.

Do escritor Bugyja Brito, temos notícia de "Maria não se Pode" no Jornal "O COMETA", n.º de março de 1976. Afirma ele que essa estória já era conhecida desde 1845, em Oeiras.

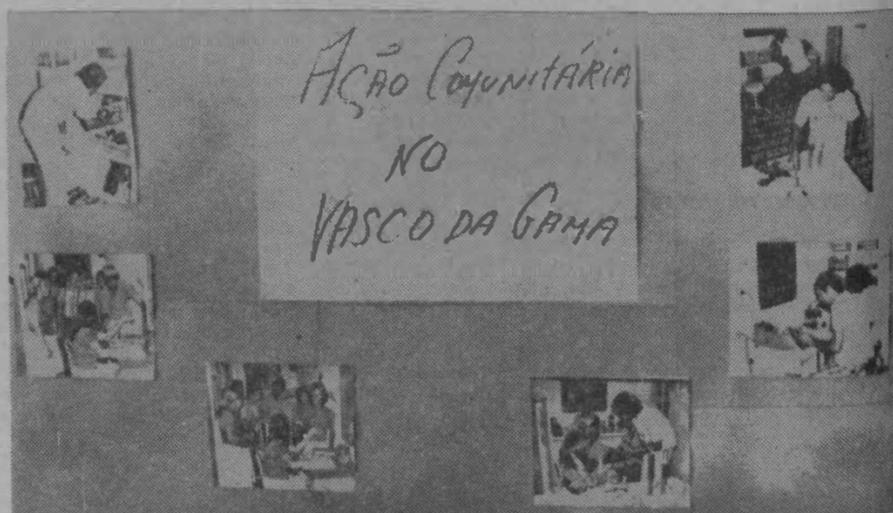
A credence popular é de fértil imaginação. Há quem afirme ter visto "Maria não se Pode" a poucos passos, de frente. É descrita como uma mulher alta e fina, uma espécie de vara pau, traja vestido branco e longo, tão longo que arrasta pelo chão, de voz cavernosa que perambula nos lugares soturnos como os ermos das matas e que fala pedindo cigarros aos que andam nas caladas das noites.

Vários boêmios atestam que chegaram a manter conversação com a "Não se pode", nestes ermos ou pontos da cidade, estrada do Carcará, Praça da Matriz, Rua do Tanguitá, Alto do Rosário e Ponte Grande. Aqueles que, vencendo o medo fazem-lhe perguntas recebem como resposta "não se pode".





NASCE EM PERNAMBUCO NOVO ESPÍRITO UNIVERSITÁRIO



“A nova Universidade brasileira começa a nascer em Pernambuco”. Esta frase, dita de público por um representante do Conselho de Moradores do Vasco da Gama — um dos morros do Recife, com cerca de 45 mil habitantes — reflete bem o espírito do trabalho que a Universidade Federal de Pernambuco vem desenvolvendo, através da Pró-Reitoria Comunitária, com a participação direta de estudantes, professores e das próprias comunidades.

O programa foi lançado em outubro de 1976, sob o escudo de Programa Universitária de Ação Comunitária na Área do Grande Recife — Praco. Já conta com recursos da ordem de Cr\$ 3,7 milhões, para um período de três anos de execução. Para o primeiro ano está prevista a aplicação de Cr\$ 1 milhão oriundo de recursos da própria Universidade, Fundação Mudes, do Rio de Janeiro, Sudene e outras instituições, inclusive do Exterior.

TREINAMENTO

Não está desprovida de sentido a concepção do representante do Conselho de Moradores do Vasco da Gama, quando se pronunciou daquela maneira durante o encontro dos estudantes da Área de Tecnologia, no auditório da Escola de Engenharia, para uma explanação geral do trabalho que já vem sendo feito pelos estudantes de Engenharia, no Vasco da Gama. Reflete o estado de espírito com que a comunidade daquele morro recifense vem acolhendo a ação da UFPE, que estabelece marcos para transportar as velhas barreiras que vinham até então separando a Universidade da comunidade.

Começam a se entrelaçar as diversas áreas — Tecnologia, Saúde, Social —, dentro da perspectiva de conferir ao Programa condições para que atinja, efetivamente, seus objetivos. É a reunião de forças que poderá conduzir a Universidade a novos rumos: suplantando as limitações do ensino meramente teórico, fechado nas salas de aulas, e partir ao encontro das comunidades, levando-lhes assistência e, ao mesmo tempo, transformando-as em laboratórios para que os estudantes exercitem técnicas, sob a orientação dos professores, obtendo condicionamento prático para o exercício da futura profissão.

VISÃO

Por ocasião do 1.º Seminário de Estudos Comunitários, o Reitor Paulo Maciel fez este anúncio:

— A Universidade Federal de Pernambuco resolveu, agora, optar por uma forma mais efetiva — gerida pelo Professor Sebastião Barreto Campello. De um lado é, a de estabelecer o estágio, não como forma de opção, de alguns que têm o temperamento comunitário, mas como uma exigência do próprio currículo, de vez que se a Universidade é graduação, é pós-graduação e é pesquisa, ela também é extensão.

Evidente que isso exigirá, afóra da área de saúde, e parcialmente da área de tecnologia que já têm tradição, — uma predisposição das coordenadorias de curso, para permitirem a utilização de carga horária e do sistema de crédito, dentro de um programa de extensão. Por outro lado, vamos procurar nos seditar corajosamente na beira da cidade do Recife, que é uma cidade tipicamente metropolitana, traduzindo influências econômicas, sociais e culturais em todo esse Nordeste; mas é, ao mesmo tempo, por isso mesmo, uma cidade inchada e pobre e que, na verdade, representa muitos problemas que podem despertar o interesse comunitário.

É por isso — explicou o Reitor — que nós estamos começando a agir em subúrbios, estamos a agir no morro e o nosso método de ação, o método do Prof. Sebastião Barreto Campello, é exatamente ascultar as necessidades comunitárias, para partir delas mesmo mobilizando os estudantes das várias áreas, sobretudo aqueles que moram naquelas comunidades, para realizarem alguma coisa. É evidente que com grande satisfação para mim, eu pude, numa dessas noites, assistir, na comunidade de Vasco da Gama, à plena ação da Universidade no meio de um povo vibrante e que queria fazer alguma coisa com suas próprias forças, servindo os professores e os estudantes de nossa Universidade de catalizadores e de estimulante dentro do meio”.

Com este testemunho, o Reitor Paulo Maciel ratifica o apoio e interesse que a UFPE vem dispensando ao Programa Universitário de Ação Comunitária na Área do Grande Recife, salientando ao mesmo tempo a maneira como o trabalho está sendo executado. Há a participação direta da comunidade que, sob a orientação e estímulo dos estudantes e professores, executam tarefas com vistas à melhoria das condições de vida na área em que estão instaladas.

Trata-se de um trabalho coordenado pelos próprios estudantes. As equipes são treinadas em caráter permanente.

Há reuniões de grupos para discussão e avaliação do trabalho, em cada Área, inclusive com a participação dos representantes da comunidade. Tudo é feito com planejamento e dentro de um consenso, de forma a reunir todas as forças e recursos disponíveis.

Os problemas são atacados de acordo com as Áreas de atuação — Tecnologia, Saúde e Social. Assim é que estudantes de Engenharia cuidam do setor de estruturas e funcionalidade das residências e logradouros, dando orientação técnica aos moradores da área escolhida; Serviço Social, Direito, Ciências Sociais, entre outros cursos, desenvolvem um trabalho de orientação em cada setor; Medicina, Enfermagem, Nutrição, Odontologia, etc., fazem, por seu turno, idêntico trabalho, notadamente no campo da medicina preventiva. Há atendimentos médicos, exames laboratoriais são realizados. Os moradores são conscientizados quanto a problemas de lixo, fossas e proteção contra deslizamentos de morros, etc. Em cada setor de atuação há um professor de plantão, o que confere caráter de permanência ao Programa.

SOCIEDADE IDEAL

Ao defender a implantação de uma Sociedade Comunitária, com um ideal a atingir, o Pró-Reitor Comunitário da UFPE, Professor Sebastião Barreto Campello, argumenta que, na sua construção devemos evitar os erros da civilização ocidental, na qual predominam o individualismo; a excessiva valorização dos direitos do cidadão, mesmo contrariando o Bem Comum; e o espírito competitivo que estimula os antagonismos entre as pessoas. Devemos evitar, também, que seja coletivista, com a predominância da Nação sobre a Pessoa Humana, que seja eliminado o espírito de iniciativa e a liberdade das pessoas e das comunidades.

Para construção da Sociedade Comunitária, ideal, portanto, segundo o Professor Barreto Campello, teríamos como fundamento o Bem Comum, por meio de uma série de comunidades intermediárias, entre o Homem e o Estado, tais como a Família, a Paróquia, a Associação de Bairro, a Empresa, o Sindicato, o Município, etc., cada uma agindo no seu campo (familiar, religioso, profissional, etc.) e organizadas de modo que, a tarefa que uma comunidade de âmbito menor puder realizar, não deve ser encampada por outra de âmbito maior (Princípios da Subsidiariedade,

Quadrágésimo Ano, parágrafo 203 e Mater et Magistra, p. 50).

“Assim — explica o Pró-Reitor —, caso a associação de bairro possa resolver o problema do lixo ou do pequeno buraco da rua, não deve o Município (que é de âmbito maior) encampá-la. Ou, se a Família resolver o problema da educação dos filhos, não deve o Estado assumi-la”.

PRINCÍPIOS

Resume ele o espírito da Sociedade Comunitária nos seguintes princípios: a dignidade da pessoa humana; a liberdade sem abusos; o Bem Comum subordinando o interesse particular ao da Comunidade; o Pluralismo, admitindo que a obtenção do Bem Comum se faça com a ajuda das comunidades intermediárias entre o homem e o Estado, segundo o princípio da subsidiariedade; o Direito de Propriedade, admitido como o Direito de todos serem proprietários; o Espírito de Solidariedade que substituisse o competitivo; a reforma da Empresa que viesse a transformá-la numa comunidade de trabalho; a Família como a menor das comunidades, célula da sociedade, onde os irmãos aprendem a viver em comum, com tolerância, a fim de conviverem em paz com o vizinho; a Fraternidade que se opõe, ao mesmo tempo, à indiferença egoística da burguesia e aos ódios de classe, de nacionalidade, de raça ou de religião; a Unidade Nacional, a grande herança legada pelos nossos antepassados, e a luta para defendê-la, procurando diminuir as diferenças regionais (necessidade de fortalecer a Sudene e a Sudam); a Evolução na qual necessária transformação das estruturas deverá ser feita pouco a pouco, de dentro para fora, pacificamente, sem recorrer a qualquer tipo de violência e sem sentido de ruptura com o passado, aceitando o que há de positivo na sociedade atual e procurando superar os aspectos negativos (Pacem in Terris, capítulo: Diretrizes Pastorais; p.: progresso gradual); a Comunidade Internacional inspirada na Solidariedade, nos direitos fundamentais da Pessoa Humana, na igualdade jurídica dos Estados, no desenvolvimento e na Paz”.

É com este sentido que vem sendo desenvolvido o Programa Universitário de Ação Comunitária na Área do Grande Recife, uma das principais iniciativas da Pró-Reitoria Comunitária da Universidade Federal de Pernambuco, mas coordenada e executada pelos estudantes e a comunidade.